



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE ITAPECURU-MIRIM
CURSO DE LETRAS

MARIA ALICE FRANCO CONCEIÇÃO

**A INSERÇÃO DA HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA NA
ÁREA DE LITERATURA BRASILEIRA NO 6º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL
DA UNIDADE INTEGRADA PROFESSOR JOÃO DA SILVA RODRIGUES, EM
ITAPECURU-MIRIM-MA**

Itapecuru-Mirim
2018

MARIA ALICE FRANCO CONCEIÇÃO

**A INSERÇÃO DA HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA NA
ÁREA DE LITERATURA BRASILEIRA NO 6º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL
DA UNIDADE INTEGRADA PROFESSOR JOÃO DA SILVA RODRIGUES, EM
ITAPECURU-MIRIM-MA**

Monografia apresentada ao Curso de Letras –
Licenciatura Plena em Língua Portuguesa e respectiva
Literatura da Universidade Estadual do Maranhão –
UEMA, do Centro de Estudos Superiores de Itapecuru-
Mirim, como pré-requisito para a obtenção do grau de
Licenciatura em Letras.

Orientadora: Prof. Esp. Edilene Reis Pereira

Itapecuru-Mirim
2018

Conceição, Maria Alice Franco.

A inserção da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena na área de Literatura Brasileira no 6º ano do Ensino Fundamental da Unidade Integrada Professor João da Silva Rodrigues, em Itapecuru-Mirim-MA, 2018.

53f.

Monografia (Graduação) – Curso de Licenciatura em Língua Portuguesa e Literatura de Língua Portuguesa, Campus de Itapecuru – Mirim, Universidade Estadual do Maranhão, 2018.

Orientador: Profa. Edilene Reis Pereira

1. História. 2 Cultura. 3 Povos indígenas. 4 Afro-brasileiros. 5 Literatura brasileira.

. I. Título.

CDU 821.134.3(81):94

MARIA ALICE FRANCO CONCEIÇÃO

**A INSERÇÃO DA HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA NA
ÁREA DE LITERATURA BRASILEIRA NO 6º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL
DA UNIDADE INTEGRADA PROFESSOR JOÃO DA SILVA RODRIGUES, EM
ITAPECURU-MIRIM-MA**

Monografia apresentada ao Curso de Letras –
Licenciatura Plena em Língua Portuguesa e respectiva
Literatura da Universidade Estadual do Maranhão –
UEMA, do Centro de Estudos Superiores de Itapecuru-
Mirim, como pré-requisito para a obtenção do grau de
Licenciatura em Letras.

Orientadora: Prof. Esp. Edilene Reis Pereira

Aprovado em: 20/06/2018

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Esp. Edilene Reis Pereira (Orientadora)
Universidade Estadual do Maranhão

Prof. Esp. Maurílio Barros Cardoso
Universidade Estadual do Maranhão

Prof^a. Me. Claudemir Sousa.
Universidade Estadual do Maranhão

A Deus, à minha mãe Maria de Lourdes Franco, que se fez presente nos momentos difíceis, família e amigos que me ajudaram ao decorrer do curso.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por estar sempre comigo em todos os momentos: bons e ruins, disponibilizando-me forças, sabedoria e persistência, para que não desistisse, assim superar as dificuldades encontradas durante a produção da Monografia.

Aos meus pais, Maria de Lourdes Franco Conceição e Benedito Denes da Conceição, ao meu filho: Marcos Vinícius Franco Sousa e a minha família em geral, por sempre me apoiarem e incentivarem a buscar novos horizontes, e não deixarem desistir do curso.

A Universidade Estadual do Maranhão, juntamente ao seu corpo docente, os quais ajudaram-me desde os primórdios à prosseguir durante o curso de Letras- Licenciatura em Língua Portuguesa, em especial à minha orientadora Edilene Reis Pereira, por ter aceitado-me como orientanda e dedicado seu tempo para me auxiliar durante a elaboração desta monografia, assim, dispondo de paciência, empenho e sabedoria nesse processo contínuo de aprendizagem, portanto, sinto-me lisonjeada ao ter como orientadora essa pessoa humilde, dedicada, gentil, empenhada e antes de tudo humana, obrigada por corroborar de maneira singular e plena.

Ao professor Maurílio Barros Cardoso, por também, fazer parte deste processo educativo, compartilhando informações necessárias para construção de um trabalho científico, e contribuir positivamente como aluna e profissional.

Destaco aqui também as minha amigas de turma: Ana Beatriz Silva, Cleiciene Monteiro e Débora Vieira, por serem as melhores companhias durante as aulas, mesmo com as dificuldades sempre estávamos unidas em todos os trabalhos, em que uma ajudava as outras. E por estarem apoiando-me emocional e psicologicamente, dando conselhos para que não desistisse do curso.

Meu muito obrigada à Direção, aos professores e aos alunos da Unidade Integrada Professor João da Silva Rodrigues, que receberam-me da melhor forma possível, e possibilitaram realizar a referida pesquisa, a qual serviu de base para elaboração desta Monografia. Enfim, a todos que direta ou indiretamente contribuíram para este grande feito.

RESUMO

Esta monografia foi elaborada com o objetivo de analisar a inserção da História dos povos indígenas e afro-brasileiros no currículo escolar. O presente estudo deu-se a partir dos métodos bibliográficos e de campo, nos quais realizaram-se na Unidade Integrada Professor João da Silva Rodrigues, em Itapecuru-Mirim-MA, assim, fazer um paralelo entre as informações obtidas pelos resultados dos questionários direcionados tanto para os professores quanto para os discentes, com o intuito de saber o que leva os alunos desconhecerem obras literárias que tratam da temática indianista e afro-brasileiras, capazes de descreverem as suas características culturais e religiosas. Para esta pesquisa foi necessária a utilização de algumas leis que regulamentam a obrigatoriedade de tais estudos: Constituição Federal (1988), a Lei de nº 10.639/2003 juntamente à Lei de nº 11.645/2008, bem como a LDB nº 9.394/96, e alguns autores que tratam desta temática como: Reis (2007), Souza (2012), Mattos (2012), entre outros.

Palavras-Chaves: História. Cultura. Povos indígenas. Afro-brasileiros. Literatura brasileira.

ABSTRACT

This monograph was developed with the purpose of analyzing the insertion of the History of indigenous and Afro-Brazilian peoples in the school curriculum. The present study was based on the bibliographic and field methods, in which they were carried out in the Unity Integrated Professor João da Silva Rodrigues, in Itapecuru-Mirim-MA, thus, to make a parallel between the information obtained by the results of the directed questionnaires both for teachers and for students, in order to know what leads the students to ignore literary works that deal with the Indianist and Afro-Brazilian themes, capable of describing their cultural and religious characteristics. For this research, it was necessary to use some laws that regulate the obligatoriness of such studies: Federal Constitution (1988), Law 10,639 / 2003 together with Law 11,645 / 2008, as well as LDB nº 9.394 / 96, and some authors that deal with this theme as: Reis (2007), Souza (2012), Mattos (2012), among others.

Keywords: History. Culture. Indian people. Afro-Brazilians. Brazilian literature.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráficos direcionados aos alunos

Gráfico 01 - Conhecimento da lei 11.645/08	34
Gráfico 02 - Abordagem da história e cultura dos negros e dos índios, na escola	35
Gráfico 03 - Participação de algum evento que referisse a temática étnico-racial	36
Gráfico 04 - Contato de obras que abordassem as características de negros e índios	36
Gráfico 05 - Autores que tratam da temática afro-brasileira e indígena	37
Gráfico 06 - Desenvolvimento de projeto na escola que trata da temática étnico-racial	38
Gráfico 07 - Abordagem da temática étnico-racial apenas nas datas comemorativas	39
Gráfico 08 - Avaliação da escola	39

Gráficos direcionados aos professores

Gráfico 09 - Conhecimento da lei 11.645/08	40
Gráfico 10 - Desafios encontrados ao ministrarem a referida temática	41
Gráfico 11 - Especialização étnico-racial	41
Gráfico 12 - Acesso a obras que abordam a temática	42
Gráfico 13 - Escritores que abordam a temática afro-brasileira e indígena	43
Gráfico 14 - Desafios ao abordarem a temática étnico-racial	43
Gráfico 15 - Aplicação de projetos que tratassem da história dessas etnias	44
Gráfico 16 - Avaliação escolar	44

LISTA DE SIGLAS

CNE/CP – Conselho Nacional de Educação / Conselho Pleno

CONEEI – Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena

FNB – Frente Negra Brasileira

FUNAI – Fundação Nacional do Índio

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MNU – Movimento Negro Unificado

NEIs – Núcleos de Educação Escolar Indígena

OIT – Organização Internacional do Trabalho

PCNs – Parâmetros Curriculares Nacionais

PNE – Plano Nacional de Educação

RCNEI – Referencial Curricular Nacional para Escolas Indígenas

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 UM RELATO SOBRE A HISTÓRIA DOS POVOS INDÍGENAS E AFRO-BRASILEIROS.....	13
2.1 A Educação indígena e afro-brasileira e suas bases legais.....	19
3 A EDUCAÇÃO INDÍGENA E AFRO-BRASILEIRA NO CONTEXTO DA LITERATURA BRASILEIRA.....	25
4 CARACTERIZAÇÃO DO AMBIENTE DA PESQUISA	29
5 METODOLOGIA.....	31
5.1 Tipologia da pesquisa	32
5.2 Sujeitos da pesquisa.....	32
5.2.1 Dos Professores	32
5.2.2 Dos alunos	33
6 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS COLETADOS	34
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	46
REFERÊNCIAS.....	49
APÊNDICES	51
APÊNDICE A	52
APÊNDICE B.....	53

1 INTRODUÇÃO

A presente Monografia trata da inserção da temática Afro-brasileira e Indígena no currículo escolar visto que a lei 11.645/08 ampara tal obrigatoriedade no Ensino Fundamental e Médio.

A linha de pesquisa examinada, foi fruto de questionamentos voltados ao ensino da História e Cultura dos povos que contribuíram para a formação da sociedade brasileira, com a finalidade de conhecer a realidade educacional dos alunos da Unidade Integrada Professor João da Silva Rodrigues, que fica localizada no bairro Centro em Itapecuru-Mirim-MA, e propor metodologias capazes de transformar o atual cenário escolar, uma vez que os alunos não conhecem a história dos índios e dos negros constituída durante a estruturação do Brasil.

Para isso, foram propostas algumas indagações, relativas ao ensino e aprendizagem, então busca-se saber de que forma o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena está inserida no currículo escolar, do Ensino Fundamental II, da Unidade Integrada Professor João da Silva Rodrigues? Será que os professores de ensino de Língua Portuguesa tiveram algum treinamento ou especialização para que pudessem desenvolver essas temáticas em sala de aula? E será que os docentes disponibilizam aos alunos recursos envolvendo a gênese e costumes dessas etnias?

Pesquisar e entender são as estratégias de imensa importância para se iniciar uma pesquisa de tal porte. Para isso, toma-se como base a Lei da Constituição Federal de 1988, especialmente os artigos 210 e 231; Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394/96, em seus artigos 03 e 26-A; juntamente ao Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's), a lei 10.639/03 e a 11.645/08, as quais apresentam maior destaque nesta pesquisa, uma vez que, torna obrigatório o ensino das temáticas afro-brasileiras e indígenas no currículo escolar, de ensino fundamental e médio. Foi utilizado também, alguns autores que abordam a perspectiva em relação à trajetória do negro e do índio, na sociedade brasileira, pois estas duas etnias, segundo processos históricos, representam dois grandes pilares que sustentam o início da colonização do país, os quais servirão de fundamentação para que esta pesquisa, possa compreender o que prejudica o conhecimento da história desses povos, no ambiente escolar e o não acesso à literatura brasileira. Analisando este viés, será possível a valorização de uma literatura rica capaz de enaltecer as características e potencialidades dos afro-brasileiros e indígenas.

O objetivo geral da pesquisa, busca identificar a inserção da temática indígena e africana no currículo escolar. E os específicos apresentam da seguinte maneira: de que forma

a ausência desta temática pode influenciar na escolarização da cultura desses povos; demonstrar a importância da valorização desses assuntos para a formação pessoal e social do indivíduo e; compreender como o não estudo da história e cultura indígena e afro-brasileira pode contribuir para a desvalorização de tais pilares étnico-brasileiros ou até mesmo para o aumento do preconceito racial.

Rumo a uma década de sua promulgação, a Lei nº 11.645 de 2008 e Lei nº 10.639 de 2003, que reiteram as temáticas desenvolvidas nas salas de aula das instituições de ensino brasileiras, inserindo o estudo da Cultura e História Afro-brasileira, e também que se ampliam e tornam obrigatórias de ensino as temáticas sobre a Cultura Indígena nos currículos das escolas do país. Porém, o tempo decorrido não mostra um avanço significativo para execução desses fazeres, que contribuem em importantes aspectos da educação brasileira.

Este é o marco importante e significativo momento histórico, das diferenças existentes entre os semelhantes que formaram a sociedade estruturada hoje, desde os primórdios de nossa civilização, trazendo para enriquecimento da diversidade que bem identifica o nosso país, suas riquezas negadas ao conhecimento.

Não se pode negar que a valorização das diferenças raciais no Brasil corre longe de se tornarem recorrentes, muito se vê acontecer movimentos de inibição até, mesmo por meios midiáticos, e ainda há quem diga que as diferenças, as raças e os costumes estão sendo muito bem explanados hoje, que melhorou muito em relação a tempos passados, o que leva a refletir nas situações de alto nível de desvalorização vivenciadas pelos antecedentes sociais, em que hoje se observam casos extremos de intolerância, lembrando que geralmente em datas determinadas traçam projetos e representações para comemoração destes em meio a sociedade.

Dessa forma, tornando conhecidos, por um curto espaço de tempo, os grandiosos feitos destes, para com a sociedade estabelecida, tendo em vista que a maior parte da população brasileira é composta por negros e indígenas, tendo sua população reduzida ao longo do tempo, chegando a ter por extintas, muitas de suas comunidades tribais. As garantias aqui apresentadas não serão aclamadas especificamente para restringir e não se dará a limitar somente aos interesses dessa grande parte constituinte, mas contribuirão na formação de cidadãos instruídos para desenvolver bem o papel multirracional e cultural representado pela brasilidade.

Tendo como base os povos que contribuíram na estruturação do Brasil, em especial as duas etnias de maior destaque, nesta pesquisa; foi possível observar que a diversidade cultural predomina como destaque no país colonizado por portugueses, que antes exploraram os índios

e como eles não eram “muito resistentes”, decidiram então exportar os negros, afim de suprir a necessidade escravocrata do início da povoação da colônia (Brasil).

Levando em consideração este viés, é notório que a Nação Brasileira é hoje o país multicultural, capaz de trazer em sua gênese traços de diversidade em todos os âmbitos cultural, religioso, social, sendo perceptível pela base estrutural: índio, negro e branco, em que os dois primeiros foram escolhidos para serem estudados e elencados nesta pesquisa, na qual analisam-se os motivos pelos quais a própria população brasileira desconhece a história de seus antepassados. Propõe-se, por meio desta análise, tornar visível a cultura, costumes, religião, etc., do povo que originou a sociedade brasileira, através de trechos de textos que tratam da temática indianista e negra, disponibilizando aos alunos: poesias, contos, romances de autores que por meio da literatura engajada abordaram tal assunto.

A referida pesquisa, estrutura-se em vários capítulos, onde o primeiro parte da Introdução, o segundo trata da historicidade nacional, levando em consideração a vida dos nativos e dos negros, onde percebe-se a real intenção dos colonos em relação a exploração dos escravos, além de destacar em seu sub tópico a importância das leis que serviram de ponte para inserção deste tema no currículo escolar.

O terceiro capítulo, discorre sobre a cultura étnico-racial, levando-se em conta sua contribuição para Literatura Brasileira, em que torna-se perceptível por autores que participaram do Romantismo, e Modernismo brasileiro, os quais destacaram-se por tratarem do índio e do negro em suas obras literárias.

O quarto capítulo, traz a descrição do ambiente da pesquisa, descrevendo a metodologia utilizada durante o processo de coleta das informações, tipo de pesquisa, os sujeitos participantes, e, por fim, lança o resultado obtido a partir da tabulação de dados.

A quinta e última fase, constitui-se nas considerações do trabalho, fazendo a síntese sobre a pesquisa, quais seus pontos positivos e negativos. Portanto, o foco aqui tratará dessas questões dentro do âmbito escolar, por meio de observação de aulas ministradas, análise de planos pedagógicos escolares, propostas pedagógicas que possam qualificar este tipo de ensino a ser analisado e também buscar meios que serão aplicados para tornar sabida essa temática, levando em consideração os princípios legais e sociais que respaldam a educação afro-brasileira e indígena no contexto geral de sala de aula.

2 UM RELATO SOBRE A HISTÓRIA DOS POVOS INDÍGENAS E AFRO-BRASILEIROS

A colonização brasileira deu-se a partir do descobrimento do Brasil durante uma expedição de Vasco da Gama, o qual norteou Pedro Álvares Cabral na viagem às índias em busca de especiarias e riquezas naturais. Contudo, foi uma rota errada, como Reis (2007) diz que, “foi um feliz acaso”, pois tinham como estratégia chegar às índias primeiro que os europeus, para isso tinham que traçar uma outra rota, a qual deu-se por via meridional, chegando assim, as terras brasileiras, onde encontraram os nativos, aos quais chamaram de “exóticos, bárbaros e selvagens como a natureza”. (REIS, 2007, p. 35).

A nova Terra que descobriram e dominaram, possuía várias riquezas naturais, as quais Pero Vaz de Caminha documentavam minuciosamente, desta forma descrevendo a beleza natural, a fauna e a flora encontrada neste ambiente. Expondo ao Rei de Portugal como: uma Terra boa para se viver, com clima favorável para o plantio e sobrevivência humana. Encontrou também o pau-brasil, o qual a princípio deu muitos lucros à coroa portuguesa, pois era exportado para a Europa para tingir objetos e tecidos, uma novidade até então nunca vista.

No início da colonização, os portugueses não aceitavam a condição de vida dos que viviam na terra antes desconhecidas, que por mero erro da rota direcionada às índias depararam-se no Brasil, como pensavam ter chegado às índias, chamaram os que aqui viviam de “índios”, os recém chegados diziam ainda que eles não tinham nenhum tipo de decência, por isso “andavam nus, não tinham fê, nem lei, nem rei.” (SOUZA, 2012, p. 26). Na verdade os europeus não aceitavam os costumes dos povos ameríndios e por tal motivo deram início ao processo de aculturação, para assim, inculcar seus adeptos e crenças em contraponto à cultura e costumes dos nativos.

O descobrimento não foi apenas por questões de riquezas e expansão territorial, mas também como forma de expandir o Cristianismo, em que Reis diz que: “Para descobrirem o Brasil, para verem-no pela primeira vez, os portugueses tiveram duas motivações: o comércio com o Oriente e o espírito evangelizador [...]” (REIS, op.cit, p. 36) com a finalidade de conquistar novos adeptos, pois a nova estratégia de conquistar novos territórios seria também por meio da fé, com isso os jesuítas ficaram encarregados de fazerem esse processo, mas, para isso tiveram de primeiramente aprender a língua dos nativos e aos poucos introduzir a língua, a cultura, a religião dos povos que eram tidos como superiores.

O Brasil era a “galinha de ovos de ouro” que Portugal colonizou, pois gerava lucros a partir da extração do pau-brasil, que até então era feita pela mão de obra dos nativos, assim Portugal explorava os índios como troca davam “presentinhos”, objetos tidos como novos

para os gentios, entretanto, não possuíam nenhum valor. Logo em seguida, durante esse processo de colonização, perceberam que eram preguiçosos e pouco resistentes. Decidiram então, explorar os negros, os quais vieram da África, transportados em navios superlotados, em que Castro Alves, maestralmente descreve em seu poema *O Navio Negreiro*, narrando às péssimas situações a que eram submetidos, sem nenhum tipo de higiene, eles eram expostos ao sol e chuvas, sem comida, muitos não resistiam e acabavam morrendo durante o trajeto.

Os africanos chegavam ao Brasil por meio do tráfico escravo, por serem mais resistentes ao trabalho. Os que conseguiam sobreviver durante essas viagens desumanas, eram vendidos para os senhores de engenhos e levados para as fazendas com o objetivo de trabalharem nas lavouras – no cultivo do açúcar e depois do café: mercadorias que enchiam os cofres portugueses durante o período colonial.

Gilberto Freyre em seu livro *Casa Grande & Senzala*, expõe como foi o encontro entre as três raças que deu início à formação da sociedade brasileira, tratando o branco como um ser dócil, sem maldade e cordial, para com os negros e índios, diz até que os brancos preferiam as negras por serem mais exuberantes, deixando a entender que eram as mulheres propunham esses tipos de situações, às quais eram responsáveis para fazerem sexos com os meninos desde cedo.

Entretanto, essa visão de homem bonzinho é rebatida por Reis quando ele diz que essa relação não se deu desta maneira, e que na verdade foi mera ignorância e abuso sexual. Desta forma Reis (2007) destaca:

[...] A invasão, escravidão e estupro de negras e índias pelos portugueses não foi ‘seca’: foram lubrificadas pela doçura africana, pela forte excitação da mulher indígena, pelos presentes e novidades dos brancos, pela adaptabilidade, aclimatabilidade, miscibilidade, plasticidade e falta de orgulho de raça do português. (Ibid. p. 68).

A indignação provém de como é o olhar direcionado a mulher negra e índia, quer dizer que a mulher é culpada de ser estuprada e violentada, simplesmente por ser bonita, sem maldades, quer dizer então que o homem branco manteve relações com uma negra por não ter “orgulho de raça”, essa seria a desculpa para esse tipo de reação? E desta forma surge a população “genuinamente brasileira”, a partir de um ato de violência, surgiu esta nação, ocasionando a mistura de raças, a qual deu-se a partir da convivência destes povos na Casa-Grande em que os senhores de engenhos (homens bons) abusaram das negras, fazendo assim, nascer: o “mestiço-brasileiro, um homem branco com sangue negro e índio.” (Ibid. p. 70).

O Brasil era um país branco-embraquecido, monárquico, cristão, neoportuguês, neoeuropeu, centralizado no imperador, em direção a um futuro grandioso. (REIS, 2007, p. 20). Durante o processo de construção política e econômica, surge o sistema de “monocultura escravista, patriarcalismo católico e polígamo”. Diante de uma necessidade de expandir e lucrar sob o suor e trabalhos dos africanos durante o cultivo do açúcar. Portanto, a sociedade monárquica foi extremamente rude no que diz respeito à vida dos escravos.

O primeiro contato direto com os índios não foi para ambas as partes um processo pacífico e normal, tanto o índio quanto os brancos tiveram reações adversas. Os portugueses viram o índio como selvagens e “animais (bestas)”, sem religião e por tal motivo teriam de aculturá-los, incutindo suas culturas, crenças e leis, pois o cristianismo naquele momento estava cada vez mais em ascendência, expandir o catolicismo era um dos objetivos primordiais durante a dominação da colônia.

Para tanto, houve a necessidade de trazer em meados de 1500, os jesuítas, os quais eram encarregados de transmitir todo conhecimento relacionado à religião, uma vez que os índios eram chamados de pagãos, no entanto os “professores da fé”, teriam de primeiramente, aprender a língua dos nativos, muito vasta e complexa, para que a obra profética fosse adiante, foi necessário projetarem “[...] uma estratégia linguística, isto é, a de aprender as línguas nativas, traduzí-las e adaptá-las aos princípios da conversão pela fé.” (SOUZA 2012, in BERGAMASCHI, DALLA ZEN E XAVIER, 2012, p.26)

Os jesuítas exerceram papel importante durante a colonização, para que esta, fosse da melhor forma possível entre os ameríndios e os senhores brancos, em especial Pe. José de Anchieta, destacou-se por ter desenvolvido a Gramática Tupi, o que possibilitou a comunicação e a partir de então começou o processo de aculturação. Desde então, não foi fácil para Anchieta aprender a língua dos índios e a transpô-la em um dicionário, pois conforme Souza (2012, p. 28) a heterogeneidade linguística existente somava cerca de “1.000 línguas nativas [...] talvez faladas por mais de 8,5 milhões de pessoas por ocasião do descobrimento do Brasil em 1.500”. Foi uma tarefa que exigiu muita paciência e sabedoria, pois aprender uma nova língua com dialetos e variações diferentes, foi ao mesmo tempo audacioso, sendo que existiam 1.400 etnias diferentes, cada uma com seus dialetos, no entanto foi a única forma de ensiná-los de acordo aos bons costumes e impor a religião cristã.

Havia uma diversidade tribal estimável, mas que aos poucos foi dizimada, umas através de guerras contra os brancos e outras por causa das enfermidades que os colonos trouxeram consigo da Europa, diversas doenças acometeram os índios como a “gripe, tuberculose, pneumonia, sarampo, catapora, varíola, sífilis e outras doenças” (ibid., p. 27) que

assolaram o povo indígena, em síntese, “as doenças que os brancos levaram aos índios, como de mão em mão, fizeram mais pelo extermínio dos autóctones que as balas atiradas de longe”. (LEPARGNEUR, 1975, p. 28).

A origem da sociedade brasileira deu-se a partir de um plano ganancioso dos portugueses para dominação e lucratividade da coroa portuguesa, sob a riqueza do nosso país. E foi assim que o índio passou a ser visto de outra forma, onde seriam domesticados e escravizados, e como eles não eram resistentes, foram trocados imediatamente, para que o novo meio de ganhar dinheiro não os deixassem de torná-los mais ricos a partir dos engenhos de açúcares

Conforme Mattos, o processo de construção da sociedade brasileira, deu-se primeiramente pela produção e comercialização do açúcar, e, posteriormente do café, o qual fez-se necessário a mão de obra barata dos índios e depois dos negros por serem mais resistentes, em relação a isso Mattos (2012), afirma que:

“No início da produção os engenhos eram pequenos. [...] A mão de obra utilizada foi a indígena, pois era a mais acessível e barata naquele momento. Os africanos começaram a ser empregados por volta do século XVII, quando o tráfico atlântico de escravos havia se consolidado [...]. (MATTOS, 2012 p. 104).

Entretanto, a migração de africanos para o Brasil não ocorreu da melhor forma possível, muitos negros não resistiram às péssimas condições de convivência dentro dos navios negreiros que vinham do Congo, Angola e etc. Mattos afirma que “chegaram cerca de 15 mil escravos por ano no Brasil”, espalhados em Pernambuco e Bahia, pois eram os portos mais conhecidos e por apresentarem clima e terras boas para cultivo. Os escravos eram responsáveis desde o preparo da terra até a colheita.

O trabalho nas senzalas eram divididos e específicos de acordo ao sexo, as mulheres eram encarregadas pelas tarefas menos pesadas e desgastantes, assim elas ficavam com o corte das canas e produção do açúcar, em contrapartida, os homens executavam os serviços que exigiam maior resistência, por isso cortavam as lenhas e capinavam as roças, a fim de deixa-las limpas e preparadas para o próximo plantio. Durante o processo de produção do açúcar, eram necessárias cerca de sessenta a setenta escravos, os quais eram divididos por turno para que fosse executados os processos desde a moagem até o cozimento da cana. O açúcar era um dos produtos que gerava mais lucros para a coroa portuguesa durante muito tempo, no entanto, houve uma decaída na procura por este produto e seus derivados (garapa e cachaça), pois houve uma descoberta de metais preciosos, o que gerou um novo direcionamento e lucratividade para Portugal.

Com base no que foi exposto acima, Mattos (2012) destaca:

Nesse momento, com a propagação da notícia da descoberta de ouro no interior da colônia, houve uma corrida desenfreada de pessoas de várias localidades, inclusive do exterior, em direção às áreas mineradoras. A população total cresceu rapidamente e os escravos passaram a representar quase 50% dos habitantes. (MATTOS, 2012, p. 106)

O trabalho dos cativos piorou a cada momento, eles pensavam que iriam ter mais descanso, quando na verdade as condições dos afazeres, necessitavam de maior resistências, as dificuldades aumentavam a cada dia de trabalho, por serem mais duras. Com isso, o tráfico de escravos acelerou intensivamente, para que obtivessem os resultados advindos da mineração do ouro, conforme Mattos (2012) “[...] cerca de 2.300 escravos por ano [...]” foram enviados para as áreas mineradoras. Como a extração de metais preciosos caiu coercivamente, deu espaço para as atividades agropecuárias e somente depois passou para o cultivo do café, no Rio de Janeiro, o qual expandiu-se para São Paulo no século XIX, e assim a população dos cativos foi pertinentemente aumentando, chegando a representar mais da metade das pessoas que viviam nas cidades de terras férteis e produtivas.

Conforme a afirmação de Mattos (2012) os escravos não trabalhavam apenas em lavouras, mas em outras atividades menos pesadas, como ensacamento do açúcar, confecção de roupas, alguns eram chamados de escravos de ganhos, em que exerciam trabalhos de sapateiro, barbeiro, ferreiro, alfaiate [...], outros eram músicos, escultores e pintores.

Por péssimas condições de trabalhos e exploração ao extremo, alguns negros começaram a fugir das fazendas, passando a recrutarem-se no meio da mata, originando assim, os quilombos e mucambos - locais para onde hospedavam-se os escravos fugitivos, entretanto, alguns não conseguiam chegar aos seus destinos, pois eram capturados durante a fuga. Muitos africanos fingiam ser libertos para não serem pegos pelos feitores, a notícia de fugitivo escravo veiculava nos jornal “O Farol Paulistano”, quando capturados passavam por fortes torturas até ao uso de gargalheira. Com o objetivo de manter a “paz”, muitos dos escravos cometiam suicídio, pois acreditavam em uma liberdade plena capaz de os libertarem da escravidão.

A possibilidade de melhorar as condições de trabalhos fazia-se através de ameaças de revoltas, pois os donos das fazendas temiam possível rebelião entre os escravos que até então eram a maioria. Algumas revoltas tinham apoio de abolicionistas, os quais uniam forças na sociedade para tentarem modificar a realidade escravista do Brasil, todavia, os explorados tiveram que trabalharem bem mais nos cafezais. O que gerou ainda mais raiva e as revoltas

tornaram-se piores por apresentarem maior requinte de violência, originando fuga, assassinatos e medo por parte da população. E assim, foram invadindo fazendas vizinhas para “libertarem” outros escravos rebelados, três rebeldes foram capturados e em seus depoimentos disseram que eram uma entidade secreta que cabeceava as revoltas, dentre eles tinham libertos e livres pobres, um dos chefes era Felipe Santiago, os que foram pegos descreveram que ele realizava rituais secretos e sagrados em sua casa, nas senzalas e matas, durante suas horas de folgas, e escondidos para não serem vistos pelos feitores.

Os escravos que conseguiam fugir, construíam comunidades isoladas no meio da mata com a ajuda de comerciantes e escravos libertos, assim os mantinham seguros no quilombos, “uma das características das comunidades formadas por escravos fugidos era a existência de alianças com outras camadas sociais: indígenas, comerciantes e pequenos agricultores.” (MATTOS p .137). Os mucambos cresciam acentuadamente, com isso os donos dos engenhos contratavam os capitães dos matos para trazer os escravos fugidos de suas fazendas. E assim foi surgindo os quilombos em diversas partes do país, por onde tinham maior produção e geração de lucro, portanto, estavam espalhados pelo Maranhão, Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco e Alagoas.

Com a vida ameaçada e extremamente explorada, surgiam então, grupos que eram contra a escravidão, dezenas de pessoas passaram a reunir-se em favor da liberdade dos negros, os quais encontravam-se nas mazelas trazidas pela exploração. Jornais, e associações foram um dos meios que viabilizava a campanha abolicionista, em 1979 surgiu a Conferência Abolicionista em que Joaquim Nabuco foi um dos percursores, juntamente a João Clapp e José do Patrocínio. Todavia, a luta e resistência continuou até 13 de maio de 1988, quando a Princesa Isabel forçadamente assinou a Lei Áurea, “dando o fim à escravidão”, entretanto, não foi tão fácil, pois o fim da exploração deu-se apenas no papel, uma vez que continuava a labuta dos negros. Foram anos de sofrimento, criaram outras leis antes da abolição que tentaram amenizar a vida sofrida dos negros, como a Lei do Ventre Livre, do Sexagenário e outras, até o fim do monopólio português.

A partir do período republicano – pós-abolição, os negros tiveram de enfrentar novos desafios, no que diz respeito à ressocialização, empregar-se tornou-se ainda mais difícil, pois a elite brasileira introduziu a cultura de europeização, dizia que os negros eram inferiores aos demais por sua vida sofrida, o que gerou estigmatização da raça. Com isso a imigração afirmou-se significativamente durante o início da levatada econômica, por este motivo vieram para o trabalho cotidiano nas áreas urbanas e rurais.

Dessa forma, MATTOS diz que:

“Italianos, portugueses, espanhóis, e alemães foram chegando em grandes levadas e encaminhadas para trabalhar tanto nas áreas rurais, quanto urbanas do Brasil [...] nas fazendas do centro-oeste de São Paulo. Aos negros sobraram as tarefas menos qualificadas e mais penosas[...]”. (MATTOS 2012, p. 186-187),

Desde este momento, percebe-se o quanto o negro sofreu com a discriminação, mesmo sendo imprescindível para a economia brasileira, menosprezaram-no, tentaram barrar sua importância referente à contribuição econômica e política, como se ele não representasse nada para a formação da sociedade brasileira.

A cultura afro-brasileira teve sua essência a partir da sua variada forma de expressão, uma vez que buscava visibilidade no que diz respeito às manifestações culturais exercidas, conforme Mattos (2012): “o tambor de crioula, hip-hop, samba, blocos afros”, a capoeira, etc.

Portanto, percebe-se que a vinda dos africanos para o Brasil foi extremamente uma escolha econômica e política, um processo esquematizado desde o primeiro instante para que o novo meio de gerar lucros à coroa portuguesa não falisse durante sua gênese.

2.1 1 A Educação indígena e afro-brasileira e suas bases legais

A educação é um direito de todo cidadão, portanto, está sob dever do Estado e da Família assegurá-la de maneira pertinente para que cada ser a usufrua corretamente. A primeira instituição a ser destacada por disseminar a educação é a família, pois é o contato de pré-escolarização, onde os pais estão encarregados de ensinar aos seus filhos os primeiros gestos, palavras, além de falar sobre assuntos do cotidiano. Em seguida, a criança passa pelo segundo processo de aprendizagem o qual dá-se pelo contato em sociedade, primeira noção de estudar, então o aluno passa a aprender sobre assuntos que não foram explorados durante o momento que estava em sua casa, tem contatos com disciplinas, como por exemplo, a Matemática, Língua Portuguesa, História, entre outras. E é nessa perspectiva que o ensino vai evoluindo de acordo à necessidade do aluno, pouco a pouco ele vai desbravando novos conteúdos até o momento que sente a necessidade de conhecer a origem da nação, nesse desenrolar encontra seres e raças importantíssimas para o desenvolvimento econômico e político do Brasil.

O ensino direcionado aos povos indígenas, conforme Bonin (2012, p. 34), é pautado nas determinações dos “currículos escolares, de acordo com saberes consagrados e ordenados

de um modo significativo para o mundo ocidental”, ou seja, a linguagem e os conteúdos empregados ao serem lecionados são de extrema complexidade, por não tratar do cotidiano dos nativos, por serem obrigados a aprenderem a língua portuguesa, deixando a língua materna em segundo plano, por tal concepção os índios encontravam inúmeros desafios durante o processo de escolarização. Todavia, aos poucos foi-se mudando esta maneira de pensar, começaram a perceber que a educação era o meio principal para lutarem por seus direitos.

No entanto como acontece em várias esferas educacionais, o ensino não é valorizado por parte do poder público, pois sabe-se que educação poderá mudar a realidade social e econômica de dado país. Assim, de acordo com (Bonin, 2012, p. 35) não há comprometimento para com a escolarização dos indígenas “[...] marcadas pela escassez de recursos, imposição de programas, desrespeito às decisões indígenas, falta de professores e de investimentos na qualificação dos profissionais indígenas”. Contudo, subtraíram para si, a noção de que a escolarização é essencial para que possam realizar os objetivos almejados. A educação dos ameríndios deveria ser exercida por um profissional pertencente àquela tribo, pois seria mais fácil a aquisição de conhecimento uma vez que obtivessem respeito e compartilhamento das mesmas crenças e costumes. Em relação a função e reconhecimento da escola para o povo indígena, Bonin afirma:

Os povos indígenas qualificam a escola com ‘formadora de guerreiros’, ‘específica e diferenciada’, e delimitam sua função: ‘escola para aprender a ler um documento’, ‘a serviço da comunidade’ [...] ‘pra formar nossos próprios advogados, médicos, enfermeiros, professores...’, ‘para nos defender mais dos brancos’, ‘para não sermos mais explorados’, ‘escola inserida na luta pela terra’ [...] ‘escola para aprender a língua’. (BONIN, 2012, p. 35).

De acordo com a supracitada autora, os nativos são gratos por terem a chance de aprenderem, expandir seus conhecimentos para que não sejam reprimidos e explorados pelos colonos, como aconteceu durante a colonização. A partir de então, poder lutar para que os direitos sociais e educacionais fossem alcançados, com base nisto, a Constituição Federal em seu Artigo 231 assegura ao índio o reconhecimento de suas crenças, línguas e tradições, como seres sociais propondo respeito para com seus direitos e bens. E em relação à educação indígena o artigo 210, explicita a importância de transmitir os conhecimentos para a população ameríndia, por meio da integração escolar:

Assim, a Constituição de 1988 em seu Art. 210 deixa claro que:

Art. 210. Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais.

[...]

§ 2º O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem. (BRASIL, 1988)

Por meio da lei nº 6001/73, prevista no Estatuto do Índio, o povo indígena torna-se reconhecido, a qual propõe que esses povos vivam de acordo com suas culturas e tradições. A exigência para a educação indígena de qualidade, deu-se a partir de várias leis capazes de consolidar o processo deliberativo educacional, assim o decreto de nº 26/91, tirou da Fundação Nacional do Índio – FUNAI, o poder da educação, passando para o Ministério da Educação, possibilitando novos horizontes e reprogramação do currículo escolar indígena, de acordo ao “Art. 1º Fica atribuída ao Ministério da Educação competência para coordenar as ações referentes à Educação Indígena, em todos os níveis e modalidades de ensino, ouvida a FUNAI”. (BRASIL, 1988).

Houve também a criação de: Núcleos de Educação Escolar Indígena (NEIs) responsáveis por qualificarem os profissionais na áreas; e o Comitê Nacional de Educação Escolar Indígena, o qual propôs um plano pedagógico voltado para a educação dos índios, promovendo o “respeito às diferenças, interculturalidade, utilização das línguas maternas e autonomia”. (Bonin. op.cit p. 38).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/96, foi inserido no Art. 78 o fomento à educação voltada para os povos indígenas, o qual “[...] desenvolverá programas integrados de ensino e pesquisa, para a oferta de educação escolar bilíngue e interculturais aos povos indígenas” com a finalidade de proporcionar a preservação de suas culturas e disponibilizar conhecimentos científicos e técnicos para suas formações econômicas e sociais. Pensando nisto, que o Plano Nacional de Educação (PNE) juntamente ao Referencial Curricular Nacional para Escolas Indígenas (RCNEI) e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) andaram em conjunto para proporcionar um debate relacionado a este ensino e elaborar propostas curriculares voltadas para o ensino da comunidade indígena, capazes de promover o respeito às diversidades étnicas.

É importante ressaltar que a I Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena (CONEEI) foi criada para que pudessem ser realizados debates relacionados à educação, tendo como objetivo propor soluções aos problemas advindos da modificação realizada pela conferência do Conselho Nacional de Educação de novas Diretrizes para as escolas indígenas,

dando foco ao novo modelo de gestão étnico-educacionais, contidas no decreto de nº 6811/2009 sem antes disponibilizar tal proposta aos indígenas, sendo que eles deveriam estarem em conjunto durante as decisões que os envolvem. Por isso que houve muitas mobilizações observadas pelas lutas travadas no que concerne a valorização da educação direcionada às comunidades indígenas.

Assim, foi criada a escola indígena para que pudesse amenizar os problemas relativos ao ensino, porém ainda existe em algumas comunidades as escolas rurais, a qual tem o mesmo papel da citada anteriormente, entretanto ela é precária e com poucos recursos. Não adianta falar em ensino diferenciado para os índios, se a profissionalização é geral para os docentes das áreas, é preciso salientar, que há divergências entre os próprios povos tribais, contudo é necessário repensar metodologias voltadas para cada comunidade.

A efervescência das lutas originadas pelos grupos sociais, resultou na criação da Lei 11.645/2008 regida pela LDB, que torna obrigatória a inclusão da História e Cultura do índio no currículo escolar, uma vez que, não era referida na lei anterior 10.639/2003 que tratava apenas da temática afro-brasileira. Todavia, é necessário ressaltar a importância da Convenção da Organização Internacional do Trabalho (OIT), no que diz respeito a valorização da inserção da temática indígena, para isso o seu Artigo 31, destaca:

Medidas de caráter educacional deverão ser tomadas entre todos os setores da comunidade nacional, particularmente os que mantêm em contato mais direto com os povos interessados [...]. Para esse fim, esforços deverão ser enviados para garantir que livros de história e outros materiais didáticos apresentem relatos equitativos, precisos e informativos das sociedades e culturas desses povos. (BRASIL, 1988)

A supracitada organização, assim como a LDB apresenta objetivos em comuns, promovendo a disseminação de tal ensino, visando conscientizar as demais populações indígenas e não indígenas, propondo respeito e uma visão antipreconceituosa.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, nº 9.394/96 enfatiza a importância da valorização dos estudos para que tenha a “consideração com a diversidade étnico-racial” (BRASIL, 2010, inciso XII do Art. 03) desta forma introduz uma noção de respeito para com a variedade racial que o país dispõe desde sua essência. Com base nesta perspectiva o Art. 26-a da LDB dispõe que: “Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena” (BRASIL, 2010, Art. 26-A). O referido artigo foi imposto a partir da lei 10.639/03, que reafirmada pela lei 11.645/08 permite acrescentar o ensino que envolve a temática indígena, juntamente a cultura afro-brasileira.

É importante ressaltar que além da temática indígena, houve uma preocupação em tratar da história dos negros e afrodescendentes, para tanto, a lei 10.639/03 “torna obrigatório o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira”, buscando enaltecê-la, desta maneira propondo a reavivação desta cultura. Assim, poder traçar um panorama relativo sobre esse ensino, se, de fato ele está sendo trabalhado harmoniosamente, para que o aluno consiga compreender o porquê de conhecer esse trajeto, visto que o negro e o índio, fizeram e fazem parte do contexto histórico da sociedade brasileira.

Foi a partir da lei acima descrita, que o ensino passou a abordar tal temática e a ser incluído no currículo escolar da rede pública e privada de nível fundamental e médio, um avanço para o povo sofrido, que mesmo havendo a lei de obrigatoriedade, o ensino que trata desta temática ainda não é levado a sério. Para isso o CNE/CP de 2004 criou a Resolução de nº 1, fruto de grandes debates sobre o atual assunto. A referida resolução dispõe:

Art. 1º A presente Resolução institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, a serem observadas pelas Instituições de ensino, que atuam nos níveis e modalidades da Educação Brasileira e, em especial, por Instituições que desenvolvem programas de formação inicial e continuada de professores. (Brasil, CNE, 2004).

A partir do CNE, passa a ser instaurada as diretrizes para o ensino étnico-racial, de acordo com a exigência por parte dos grupos de resistências, viabilizado pela participação histórica e social dos afrodescendentes que vieram para manter o lucro da coroa portuguesa. A luta dos militantes negros perdura até os dias atuais, iniciou com o Movimento Negro Unificado (MNU) que já buscava a valorização da cultura Negra, após a gênese da Frente Negra Brasileira (FNB) juntamente ao Centro Cívico Palmares, com a figura de George Andrews, percussor desta organização, que visava possibilitar a inserção do negro politicamente na sociedade, depois de vários embates conseguiram colocar o negro na guarda civil, um avanço antes não visto. A FNB teve mais adeptos por defender o nacionalismo, chegando a 200 mil sócios, partilhava dos mesmos anseios de desconstruir o mito da democracia racial, existente no Brasil, que muitos insistem em dizer que não há preconceito. Tendo em vista os avanços relativos à educação, o decreto 63.223 de 1968 enfatiza a persistência das ações que influenciaram na “convenção relativa à luta contra a discriminação no campo do ensino”, pois percebe-se que há desde os primórdios da educação, aquela voltada para os brancos: de melhor qualidade e aquela destinada aos negros: de péssima qualidade com poucas informações, visto que havia a valorização da cultura branca, em que

somente os de pele clara deveriam cursar os melhores cursos e trabalharem nos empregos bem visto pela sociedade.

O ensino de história afrodescendente e indígena faz-se necessário para a construção de uma sociedade mais instruída no que diz respeito à vida dos povos antigos que conquistaram e foram escravizados durante o período de construção da sociedade brasileira. Desta forma, a lei 11.645/2008 foi instaurada numa perspectiva mais sensata, fazendo desta maneira ser obrigatório o ensino dessas culturas nas escolas de ensino fundamental e médio, a fim de enaltecer as culturas étnico-raciais.

Sabe-se que a implementação desta lei não será tão fácil como parece ser, é necessário que haja estratégias para buscar sua efetivação. Não basta apenas força de vontade para alcançá-la, mas uma metodologia mais apropriada possível ao tratar de temas de tal magnitude.

Em consonância à lei, alguns autores refutam a importância de “escancarar” ao mundo o quão é inestimável tê-la como parte integrante da sociedade brasileira: o povo negro, afrodescendente e indígena afim de enaltecê-lo, uma vez que os da alta sociedade eram sempre aclamados.

Em relação a lei 11.645/2008 a Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica: diversidade e inclusão (2013) aponta que:

O ensino de *História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*, a educação das relações étnico-raciais, tal como explicita o presente parecer, se desenvolverão no cotidiano das escolas, nos diferentes níveis e modalidades de ensino, como conteúdo de disciplinas particularmente, Educação Artística, Literatura e História do Brasil, sem prejuízo das demais, em atividades curriculares ou não, trabalhos em salas de aula, (...) na utilização de sala de leitura, biblioteca, (...) e outros ambientes escolares. (BRASIL. 2013 p.141)

É de imensa importância a exposição desta temática para que assim possa ser possível a inclusão da mesma nos currículos escolares, não apenas em uma disciplina como por exemplo “história”, mais em todas as outras difundindo então a multidisciplinaridade uma vez que será aplicada em outros momentos e disciplinas.

Para que seja aplicada esta lei, é necessário que haja profissionais capacitados e engajados com a profissão, portanto as Diretrizes Curriculares (2013, p.134) afirmam que para tal implementação seja possível um requerimento e “a adoção de políticas educacionais e de estratégias pedagógicas de valorização da diversidade, a fim de superar a desigualdade étnico-racial presente na educação escolar brasileira, nos diferentes níveis de ensino”, com a finalidade de garantir a visibilidade do índio e negro como constituintes da sociedade brasileira.

3 A EDUCAÇÃO INDÍGENA E AFRO-BRASILEIRA NO CONTEXTO DA LITERATURA BRASILEIRA

O ensino de história afrodescendente e indígena faz-se necessário para a construção de uma sociedade mais instruída no que diz respeito à vida dos povos antigos que conquistaram e foram escravizados durante o período de construção da sociedade brasileira. Desta forma a lei 11.645/2008 foi instaurada numa perspectiva mais sensata, fazendo desta maneira ser obrigatório o ensino dessas culturas nas escolas de ensino fundamental e médio, a fim de enaltecer as culturas étnico-raciais.

O pluralismo racial existente no Brasil é essencial, e conhecê-lo gera um prazer ainda maior, este é o sentimento, que pretende-se buscar ao apresentar ou representar a arte Literária trazendo essa cultura rica e vasta.

Dessa forma, tratam-se aqui exclusivamente das contribuições artísticas africanas, como também da cultura indígena, que assim contribuíram para formação de identidade cultural do Brasil. Para isso, buscou-se na arte Literária fundamentos, com base na legislação brasileira, compactadas nas leis Nº 10.639/03 e também a Lei nº 11.645/08, essas consistindo em resultados de constantes embates e conquistas de lutas, nas quais se incluem no currículo escolar em nível fundamental e médio, o estudo das culturas africanas e suas tendências afro-brasileiras e a cultura indígena, pautando em seus reflexos na literatura, buscando retratá-las por meio de obras lançadas por autores brasileiros.

Com o olhar voltado para disseminação desta temática, buscou-se como mediadora desse processo a Literatura com a função de valorização e afirmação cultural, sendo imprescindível para entender-se cidadão e viver como tal. Portanto, a Literatura como elemento libertador segue em uma função indispensável de levar por meio descontraído aspectos da cultura dos formadores da sociedade brasileira: o índio e o negro.

A partir desses objetivos, a sociedade entre meados do século XIX, não aceitava e não queria tratar de temas e de valores greco-romanos em suas obras, foi assim, que aos poucos surgira debates precisos, no que diz respeito à identidade nacional, por tais insatisfações que a Literatura Brasileira, estava entre uma “corda bamba” precisava-se decidir qual viés e temática deveria seguir, portanto, não foi fácil a desintegração da literatura dos colonos, sobre a luta de qual seria a vertente mais adequada e mais sensata capaz de separar os colonos da Nova Terra.

Como afirma Coutinho (2007):

O ritmo da atividade literária obedeceu, entre nós, a um movimento duplo: de um lado, a desintegração e o abandono de uma velha consciência, do outro, a construção subjacente de uma nova. Dada a contingência de não colonizada por europeus, os portugueses, e em virtude da ausência de uma tradição autóctone que pudesse servir-nos como passado útil, a evolução de nossa literatura foi uma luta entre uma tradição importada e a busca de uma nova tradição de cunho local ou nativo. (COUTINHO, 2007, p. 35)

Foi a partir de vários questionamentos voltados para uma nova construção de identidade nacional, de buscar uma nova política que surge então, a Literatura Brasileira, decorrente de uma necessidade de expor os anseios de uma nova nação. Como afirma Coutinho, foi as produções de Pe. José de Anchieta que deram o pontapé inicial, através de poesias e peças teatrais – que começou a enfatizar a vida dos colonos (índios) mesmo que, com o intuito de catequizá-los, de os ensiná-los para viabilizar a comunicação, para assim, entranhar em suas mentes, as políticas de socialização entre os colonos.

A luta entre tradição luso-europeia e a nova, decorreu também em movimentos que começaram a vangloriar e defender a ruptura entre os ideais europeus empregados nas produções brasileiras, foi assim, que surgiu o Romantismo, o Realismo e Modernismo, os quais notadamente tratam de temas exclusivamente brasileiros.

Houve a necessidade de renovar o perfil literário e até mesmo os temas tratados em suas obras, não era bem visto enfatizar personagens com características europeias: falar de nobres, de cavalheiros, de donzelas; já não era mais novidade, a população não queria mais saber da vida da realeza. Os literários foram audaciosos em brigarem para falar de temas nacionais, ocasionando a exaltação da pátria, ressaltando as belezas e riquezas naturais; a sociedade, em especial o índio, enfim, dando uma nova “roupagem” para a criação literária.

Os literatos do século XIX começaram a fazer indagações voltadas para o novo perfil da sociedade brasileira que decorreria em um novo olhar para a literatura, assim conforme Coutinho (2007, p. 39) perguntavam [...] “Onde buscar a nacionalidade para a literatura? Onde encontra a elas suas qualidades nacionais? Onde reside o novo numa literatura que se constrói a partir de transplante de uma velha literatura?”. Com base nestas insatisfações que Santiago Nunes afirma que a “(...) A literatura é a expressão da índole, do caráter, da inteligência social de um povo ou de uma época (...) Ora os brasileiros têm seu caráter nacional, também devem possuir uma literatura pátria” (NUNES, 1-11-1943, I,1).

Com essa visão de transformar a realidade literária que alguns escritores de maiores renomes da literatura brasileira decidiram tratar de temas voltados para a nacionalidade,

enaltecendo a vida indígena, José de Alencar em suas obras buscou frisar a importância social e econômica dos nativos, destacando suas características e contribuições para a estruturação da nação brasileira. Gonçalves Dias, por exemplo, trata o índio como herói da pátria, como guerreiro dotado de força e coragem, destacando a bravura de um povo hoje esquecido.

Com o passar dos tempos a literatura passou a ser empregada para fins políticos, assim era abordado e documentado de maneira fiel a realidade social, como ocorrera por exemplo a Guerra do Paraguai, a Revolução de Canudos, os quais foram minuciosamente relatados por seus escritores.

Com base nisto, Coutinho (2007) destaca que:

A literatura era usada pela política, nas campanhas em prol da independência nacional e da abolição da escravatura, ou como arma de excitação do espírito guerreiro (Guerra do Paraguai, campanha de Canudos) e da propaganda republicana. [...] A literatura exercia, assim, uma função cívica, como força de expressão nacionalista (COUTINHO, 2007, p. 39).

Com base no supracitado autor, percebe-se então que a literatura inicialmente deu-se com perfil historiográfico, descrevendo os fatos ocorridos, de forma simultânea aos ideais dos governantes, por tal motivo a ascendência da abordagem de assuntos voltados para o nacionalismo e sociedade escravocrata, os quais teve sua ênfase majoritariamente no movimento romântico e que somente depois tornou-se lembrado pelos modernistas, propondo uma visão de nacionalismo chegando a ser igualado ao ufanismo

Foi também a partir da função acima descrita, que Castro Alves, passou a enfatizar a vida dos negros, seus sofrimentos desde as viagens marítimas: longas e cansativas, até a escravidão e vida desumana as quais eram submetidos, para trabalharem nas Senzalas.

Contudo, não foi fácil tratar desta temática em suas obras de cunho nacionalista, por mais que fosse necessário enfatizar esses povos na literatura, não foi tão simples e rápido, pois houve embates entre os que queriam algo novo, e os que tornariam a mesmice, às características europeias. Por isso foi que em 1956 surgiu a “Confederação dos Tamoios”, sendo visível a posição de vários escritores entre eles José de Alencar, Araújo Porto Alegre, Alexandre Herculano, Castilho, D. Pedro II, com a finalidade de buscar e reincorporar os problemas de forma tecnicista, e assim teve a concepção de que estavam “fazendo literatura sob feitiço novo”.

Durante o Romantismo, alguns autores começaram a tratar dos temas cotidianos, em sua terceira geração, esses escritores passaram a redigir textos com teor militante, envolvendo-se em questões sociais e políticas, assim interessando-se em campanhas

abolicionistas, por esses motivos, esta fase passou a ser conhecida como condoreira, onde a literatura ganharia o poder de denúncia social. Um dos importantes nomes foi Castro Alves, conhecido como Poetas dos Escravos, por ser defensor da abolição da escravatura, para tanto escreveu o poema O Navio Negreiro, Os Escravos, Vozes d'África, entre outros, os quais propõem reflexões sobre as condições desumanas dos escravos.

É necessários repensar conceitos e posturas voltadas para o ensino aprendizagem dessas cultura, para que a partir de então, possam construir estratégias capazes de envolver o público discente de dada escola, fazendo o elo entre as referidas culturas e não tratar apenas de literaturas que abordam características europeias.

Falar sobre essa temática nas escolas se torna um pouco difícil, pois “para Alberti a história e cultura afro-brasileira e indígena encaixa-se no que ela chama de ‘temas sensíveis’, a autora descreve estratégias pedagógicas para trabalhar com tais assuntos em sala de aula (...) (ALBERTI, 2013 p. 282).

Com efeito, ela trata de uma educação que talvez não seja tão levada a sério, por se tratar de um tema um tanto complicado para trabalhar-se em sala de aula, percebe-se que tratar da cultura negra e indígena, desde a sua essência sofre uma resistência e por tal situação ela deveria ser colocada nas aulas continuamente e não apenas em um dia, que seria o dia da “Consciência Negra” ou o dia do “Índio”.

Portanto, é por meio da rica literatura brasileira, que serão propostas as considerações que tais povos almejam durante a formação da sociedade brasileira, desta forma valorizar as contribuições literárias africanas e indígenas, assim tornando visível à sociedade suas contribuições capazes de formar ideologicamente um ser, pretende-se então tornar comum o determinado assunto a todos, visto que a literatura pode definir uma nação com suas determinadas características, transcritas por diversas nuances em um romance por exemplo, a fim de levar o conhecimento da cultura e costumes de um povo, neste caso os afro-brasileiros e indígenas.

4 CARACTERIZAÇÃO DO AMBIENTE DA PESQUISA

A Escola na qual foi escolhida para desenvolver a presente pesquisa, fundou-se em 1966, localiza-se na rua José Paulo Bogéa, no Bairro Centro, antes era conhecida por Escola Coronel Nogueira, pois funcionava no prédio que hoje é do Programa Leite é Vida, possuía quatro salas e funcionava juntamente a Escola Municipal Luís Bandeira. No mandato do prefeito municipal José de Ribamar Lauande Fonseca a escola foi agregada chamando-a apenas de Escola Municipal Professor João da Silva Rodrigues, homenageando assim, João da Silva Rodrigues, que foi professor e prefeito da cidade; dispondo apenas do ensino até a 4ª série. A partir da eleição do Prefeito Miguel Lauande Fonseca entre os anos de 2002 a 2004, a instituição foi ampliada significativamente em relação à estrutura, passando a disponibilizar o ensino fundamental: anos iniciais até os anos finais.

O ambiente escolar possui em registro o nome Unidade Integrada Professor João da Silva Rodrigues, a qual oferece cerca de seis turmas que funcionam no turno matutino e vespertino, algumas são amplas, entretanto, por serem muito lotadas, tornam-se abafadas, pois não são arejadas e os ventiladores são poucos em relação à uma sala que comporta cerca de 47 alunos. Entre as salas de aulas e o banheiro possui uma sala pequena e pouco ventilada, a qual é disponibilizada para os professores. A instituição atende apenas o ensino fundamental de anos finais, ou seja, acolhe somente os alunos do 6º ao 9º ano.

Esta escola, além de estar incluída em turmas regulares, conta com dois banheiros, um masculino e o outro feminino, uma secretaria, seis salas de aulas, e esta possui cerca de 432 alunos no geral, com o quadro de 20 professores, sendo três de Língua Portuguesa, porém somente dois são formados em Letras. Contém, também uma cantina, um depósito de merenda e um pátio descoberto.

Os funcionários da cantina e da portaria, são bem identificados pela boa vontade e o esforço de transformar a realidade dos alunos e da escola, bem como o corpo docente, que esforçam-se para promover um estudo de qualidade, mesmo com os poucos recursos disponibilizados.

A Diretoria da escola é representada pela Professora Maria das Graças Amorim Lopes e Maria José Abreu dos Santos, ambas Licenciadas em Pedagogia e Pós-Graduadas em Gestão, Supervisão e Planejamento Educacional.

O corpo discente do colegiado, é advindo de diversas regiões da cidade, entre elas da zona rural e urbana, ele possui origem humilde, onde alguns de seus pais são trabalhadores

rurais, pedreiros, pescadores, domésticas, enfim... de profissão simples, às vezes eles contém poucas instruções, pois são raros os que concluíram o ensino fundamental e médio.

A escola tem como proposta curricular o ensino que possa disponibilizar o conhecimento das características históricas do país, do estado do Maranhão e de Itapecuru-Mirim, afim de proporcionar de forma progressiva as dimensões sociais, materiais e culturais. Desta maneira, difundindo o conhecimento sobre a pluralidade cultural que o Brasil traz desde sua formação, elencando suas diferentes culturas, classes sociais e etnias que subsidiaram a estruturação da sociedade brasileira.

Estas informações são resultadas de alguns dias de observações, passada esta fase de observação, busca-se alcançar de forma plena e significativa os objetivos da pesquisa. Tendo como base as características da escola onde será mediada a aplicação das hipóteses e atividades que serão condensadas ao desenrolar da inferência didático-pedagógica.

5 METODOLOGIA

A presente Monografia estruturou-se a partir de um trajeto minucioso o qual deu-se primeiramente a partir da pesquisa bibliográfica e de campo em que foi possível ponderar os pontos relativos ao tema elencados por diversos autores na vertente teórica e prática. Escolheu-se a pesquisa bibliográfica, por saber o quão é importante para a elaboração de um trabalho acadêmico, pois é a partir da inferência de teóricos, que a sua investigação será legitimada; assim fazendo o elo com a pesquisa de campo, com a finalidade de analisar a coleta de dados, conforme os resultados adquiridos durante a construção do Trabalho de Conclusão de Curso. Enfim, poder traçar um panorama sobre a implementação da lei 10.639/03 e a lei 11.645/08 que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena nos currículos escolares de ensino fundamental e médio.

Diante da investigação, o seguinte passo consistiu na visita à Escola, onde foi aplicado questionários com o corpo docente e discente da instituição de ensino, a fim de realizar a análise comparativa das respostas, os quais serviram de base para atual pesquisa.

A visita ao campo, não deu-se de maneira rápida, tendo como duração dois meses, divididos em observações; participações em aulas: em que foi disponibilizado trechos de textos que tratassem da história do negro e índio, fazendo um relato histórico sobre esses seres; rodas de leituras; exposição da temática indígena e africana, enaltecendo suas contribuições para a sociedade econômica e social do Brasil; e encenação da história Menina Bonita do Laço de Fita, de Ana Maria Machado, a qual envolveu todo público discente daquela determinada sala de aula, por ser apresentada de maneira despojada. A partir de então, foi possível tratar da cor e raça negra, bem como outros textos que abordavam temas como a miscigenação, o índio e os afro-brasileiros.

Para tanto, buscou-se como exemplos trechos de obras como: Menina Bonita do Laço de Fita, de Ana Maria Machado; O Navio Negreiro de Castro Alves; Escrava Isaura, de Bernardo Guimarães, o Guarani de José de Alencar e; Canto do Guerreiro, de Gonçalves Dias.

Os métodos a serem explorados durante a pesquisa, surgiram como forma de analisar a inserção da lei 11.645/08 não somente como conteúdo geral de história étnico-racial, mas saber se esses temas são tratados na literatura, pois sabe-se que é por meio dela que pode-se conhecer uma nação, sendo prescindível a descrição religiosa, política, econômica e cultural, transcrita por meio singular e eficaz, capaz de instruir e informar da maneira descontraída, proporcionada pela leitura prazerosa ao mesmo tempo que adquirem mais conhecimento sobre os costumes dos povos negros e indígenas.

5.1 Tipologia da Pesquisa

Para elaboração da atual pesquisa, fez-se necessário a utilização de questionários fechados e abertos, ou seja, com perguntas objetivas e subjetivas disponibilizados aos professores de Língua Portuguesa e de História e aos alunos da referida escola.

Os dados coletados a partir de então será demonstrado em forma de gráficos para melhor compreensão do assunto a ser abordado, o qual passará por análise minuciosa para que seja detalhadamente explicitado, com a finalidade de demonstrar os resultados obtidos.

5.2 Sujeitos da pesquisa

5.2.1 Dos Professores

Para melhor compreensão e obtenção dos resultados, contou-se com a colaboração de três professoras, em que duas lecionam a disciplina de Língua Portuguesa e a outra, está encarregada da disciplina de História, ambas compartilham dos mesmos anseios e comprometimento para com a aquisição de conhecimento dos alunos desta rede de ensino.

De acordo a organização escolar, obteve-se de ante mão, informações sobre a situação e rendimento dos alunos, conforme nisto, aplicou-se para as professoras: questionário apresentando perguntas abertas e fechadas, com a finalidade de embasar coerentemente a determinada pesquisa, para assim fazer a análise e comparação entre as respostas advindas dos questionários dos alunos.

A metodologia utilizada pelas professoras, é um pouco retrógada, uma vez que dispõem de poucos recursos como: quadro branco; pincel; livro didático e; a voz. A escola também tem em sua posse o projetor de vídeo, porém, são poucos os professores que sabem usá-los, é o caso da docente de Língua Portuguesa, a docente da disciplina História sabe utilizá-lo, contudo, não tem computador para propor uma aula diferenciada, além disso, a regente da escola não gosta de emprestá-lo com medo do equipamento dar problema. Em relação a esses empecilhos, preferem ficarem de forma prática e costumeira o processo educativo. Embora, o Projeto Político e Pedagógico da escola, defenda a importância de trabalhar a referida temática, ainda não é posto em prática o determinado assunto, onde a escola deveria corroborar para a conscientização e valorização da história e cultura dos negros, propondo uma visão antipreconceituosa, uma vez que, a maioria da população de Itapecuru-Mirim-MA, são afrodescendentes.

5.2.2 Dos alunos

Para elaboração da pesquisa, foi necessário também aplicar questionários aos alunos, uma vez que eles são uma das peça chave para construção da análise comparativa. O questionário apresentava cerca de oito questões fechadas, relacionadas ao assunto, desde o conhecimento até a aplicação da temática.

Os resultados obtidos a partir da coleta dos dados serão apresentados através de gráficos, logo adiante. A partir da coleta, observou-se como funcionava a escola, onde foi possível fazer um diagnóstico do nível de escolarização, e saber se eles (alunos) obtiveram alguma informação relacionada ao tema. Percebe-se a preocupação por parte de alguns alunos, em buscar novas informações e aprender algo diferente, em contrapartida, a maioria nem se quer dão a devida atenção, parece que estão na escola somente para passar de ano, não participam das aulas, é como se estivessem forçados a irem à escola.

Todavia, foi de extrema importância, transmitir conhecimento relacionado a história do negro e índio, destacando suas contribuições para sociedade brasileira, proporcionando a aquisição de saberes, instruindo-os conforme a diversidade cultural existente no Brasil, para que possam a partir de então, respeitar essa pluralidade racial e atenuar o preconceito entre esses povos.

6 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS COLETADOS

Os dados coletados serão expostos e analisados conforme as respostas obtidas a partir do questionário direcionado ao público discente da referida escola.

A primeira pergunta feita foi, sobre o conhecimento da Lei de obrigatoriedade da inserção da temática afro-brasileira e indígena.

Gráfico 01: Conhecimento da lei 11.645/08



Fonte: CONCEIÇÃO, Maria Alice Franco. 2018.

De acordo as respostas dos alunos, 100% dos participantes disseram não conhecerem a referida lei de obrigatoriedade desta temática, percebe-se então, que não sabiam nada sobre o porquê de apreenderem a história desses povos, talvez por não serem tratados com ênfase na escola, ou por não ser fácil a implementação e execução de uma lei em sala de aula. Se é complicado falar da história de um povo, com certeza, falar de leis se torna mais complexo, pois leva-se em consideração até mesmo a linguagem e estruturação contidas em uma legislação.

Desconhecer uma lei de tal magnitude, mostra-se o descaso para com a educação brasileira, uma vez que omite temas voltados para o enaltecimento e respeito entre essas duas etnias tratadas na referida Lei, criada em 2008, ou seja, mesmo a partir de uma década de sua existência, como é possível o desmerecimento e desconhecimento deste tema, por parte dos alunos?

A segunda pergunta dirigida aos alunos foi sobre o enfoque da história dos povos que formaram a sociedade brasileira.

Gráfico 02: Abordagem da história e cultura dos negros e dos índios, na escola.



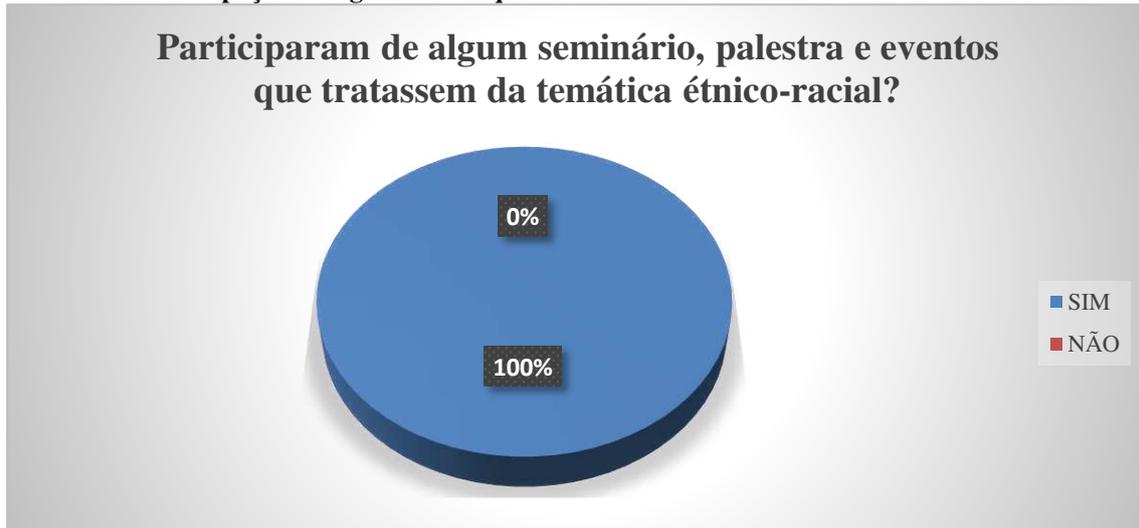
Fonte: CONCEIÇÃO, Maria Alice Franco. 2018.

Cerca de 97% dos alunos responderam que já ouviram falar sobre a história e cultura do negro e índio, em que, esta abordagem foi realizada nas aulas da disciplina de História, de forma superficial, sem que houvesse maior ênfase.

Contudo, outros 03% responderam não ouvirem tratar desta temática na escola. Talvez por terem faltado às aulas ou simplesmente por não recordarem de que foi realmente abordada em sala de aula, por ser de forma simples e rápida, por exemplo. Conclui-se então que a maioria desses alunos tiveram contato com essas histórias, porém, a abordagem foi de forma momentânea, somente quando tratavam da História do descobrimento do Brasil.

A terceira pergunta foi sobre a participação de algum evento, com o objetivo de disseminarem o conhecimento do tema referenciado. Se a escola proporcionou alguma palestras ou seminário que viabilizassem o conhecimento dos costumes desses povos

Gráfico 03: Participação de algum evento que referisse a temática étnico-racial.



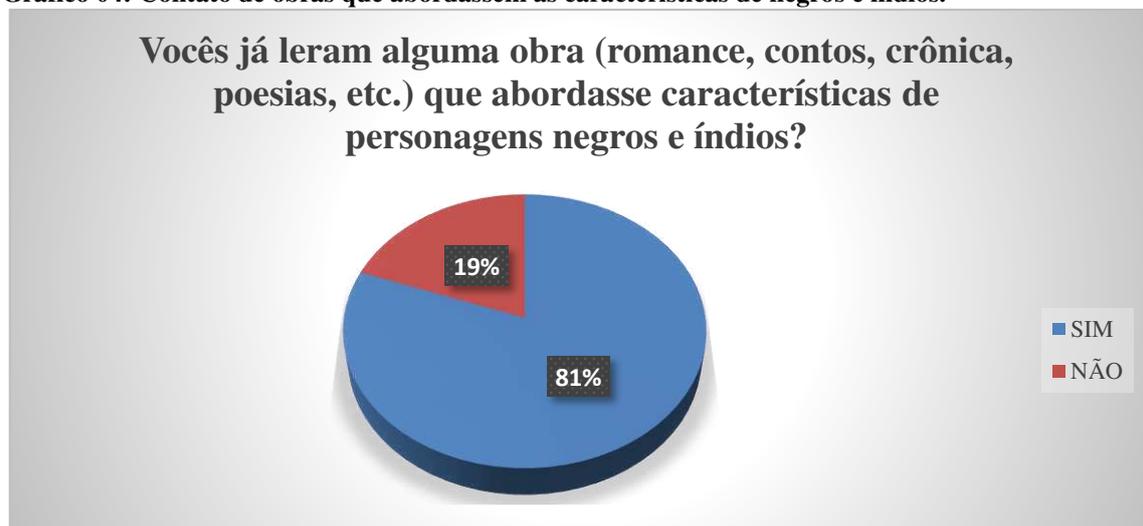
Fonte: CONCEIÇÃO, Maria Alice Franco. 2018.

Os entrevistados foram unânimes em responderem que já participaram de palestras, as quais não foram organizadas pelo corpo docente da escola, mas por estudantes da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, durante aplicação de um projeto. Disseram que a escola não realizou nenhum tipo de seminário ou outro evento a não ser aula, sobre a história dessas etnias.

Este resultado por um lado traz conformidade, quando eles afirmaram participarem, todavia, é uma vergonha para a escola, por não promover nenhum tipo de evento capaz de disseminar a importância desses povos, os quais lutaram e lutam para serem reconhecidos.

A seguinte questão foi, se já tiveram contato com alguma obra que tratasse e obtivesse personagens negros e índios, durante seu decorrer.

Gráfico 04: Contato de obras que abordassem as características de negros e índios.



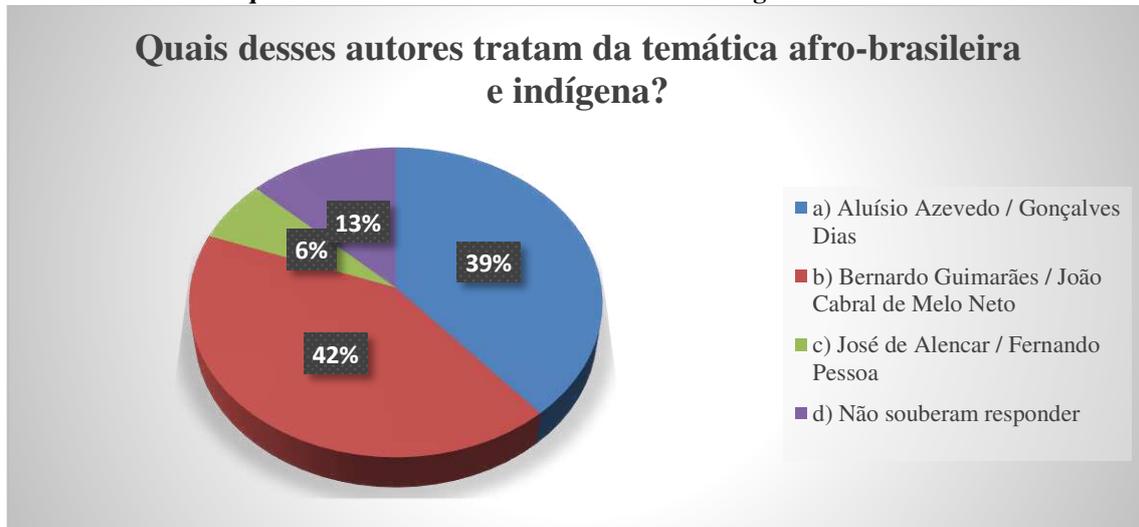
Fonte: CONCEIÇÃO, Maria Alice Franco. 2018.

Poucos alunos disseram que já leram poesias e contos que tratassem dessas duas etnias, somente cerca de 19% deles, é uma pena contabilizar esses números em relação à leitura.

Em contrapartida, 81% o que totaliza cerca da metade dos discentes disseram não terem nenhum tipo de leitura relacionado a esta temática, pois não gostavam de ler e não tinham incentivo por parte de pais e amigos, no entanto, percebe-se que a maioria dos alunos não leem, o que faz reduzir no rendimento escolar e obter pouco conhecimento no que diz respeito à história do negro e índio.

Na quinta questão, foi perguntado quais autores tratavam em suas obras, os negros e os índios, para termos uma noção de como estão relacionados ao conhecimento.

Gráfico 05: Autores que tratam da temática afro-brasileira e indígena.



Fonte: CONCEIÇÃO, Maria Alice Franco. 2018.

Cerca de 39% dos participantes responderam a primeira opção, por terem certeza de que Aluísio Azevedo e Gonçalves Dias escreveram textos e romances onde tinham como foco enaltecer a temática africana e indianista.

Outra parte dos alunos que contabilizaram 42% dos alunos responderam a segunda opção, 06% marcaram a terceira alternativa. E 13% não responderam. Percebe-se com base nos resultados que a maioria dos alunos chutaram as alternativas, o que ocasionou nos erros das respostas. Nem mesmo, pelo nome de Gonçalves Dias, acertaram a resposta, um escritor de maior renome da temática indianista, o qual escreveu o dicionário tupi. É triste sabermos, que os alunos não leem nenhum tipo de literatura, ou por falta de incentivo ou por que não querem, visto que, hoje têm meios eletrônicos, como: tablet, celular, vídeo game, que aos poucos foram introduzidos na sociedade, e que tiraram o espaço do livro, da importância da

leitura. Embora tenha preocupação voltada para a valorização do livro, ainda existe uma grande parte da população que nunca leu um romance ou comprou livros para lerem. De qualquer forma, este resultado já foi pré-estabelecido, uma vez que a metade dos alunos não tiveram contato ou não leram nada sobre o tema explorado na pesquisa.

A questão de número 06, por sua vez, quer saber se escola desenvolve ou desenvolveu algum projeto tratando do assunto abordado.

Gráfico 06: Desenvolvimento de projeto na escola que trata da temática étnico-racial.



Fonte: CONCEIÇÃO, Maria Alice Franco. 2018..

A minoria dos alunos totalizando 10% dos entrevistados, responderam que a escola desenvolve projeto de tal magnitude, entretanto, cerca de 39% disseram que a escola não desenvolveu nenhum projeto capaz de enaltecer os povos afro-brasileiros e indígenas. E 51% deles, não responderam.

Propõe dizer, que os alunos apresentaram-se confusos em responderem aos questionamentos, talvez por isso metade deles preferiram abster-se. Contudo, outra parte confirmou o não desenvolvimento de projeto que tratassem desta temática.

A sétima questão relaciona-se a resposta anterior, uma vez que não desenvolveram projeto para abordar esta temática, buscou-se saber o que o corpo docente faz para enaltecer o índio e o negro.

Gráfico 07: Abordagem da temática étnico-racial apenas nas datas comemorativas



Fonte: CONCEIÇÃO, Maria Alice Franco. 2018.

Uma parte dos participantes, cerca de 48% deles responderam que somente era feito uma reflexão sobre a contribuição dos africanos durante a construção do Brasil. Mas que não era lembrado o dia do índio e nem era feito nenhum tipo relação. 23% afirmaram não saberem a resposta e outros 29% não quiseram responder.

A oitava questão relaciona-se a avaliação da escola.

Gráfico 08: Avaliação da escola



Fonte: CONCEIÇÃO, Maria Alice Franco. 2018.

Mesmo a escola não abordando tal temática, não promovendo palestras e ou projeto que a viabilizasse, 58% dos alunos avaliam a escola como excelente, 32% dizem ser boa e 10% afirmam ser ruim. A maior parte dos percentuais, caracterizando a escola como excelente, talvez seja porque o quadro de professores estejam completos e por serem da área

específica, também por sua estrutura física ser muito bem organizada e terem uma boa relação com os professores.

Agora tomaremos como prosseguimento a análise dos questionários destinados aos professores da referida instituição.

A primeira pergunta destinadas a eles foi, sobre o conhecimento da lei 11.645/08.

Gráfico 09: Conhecimento da lei 11.645/08

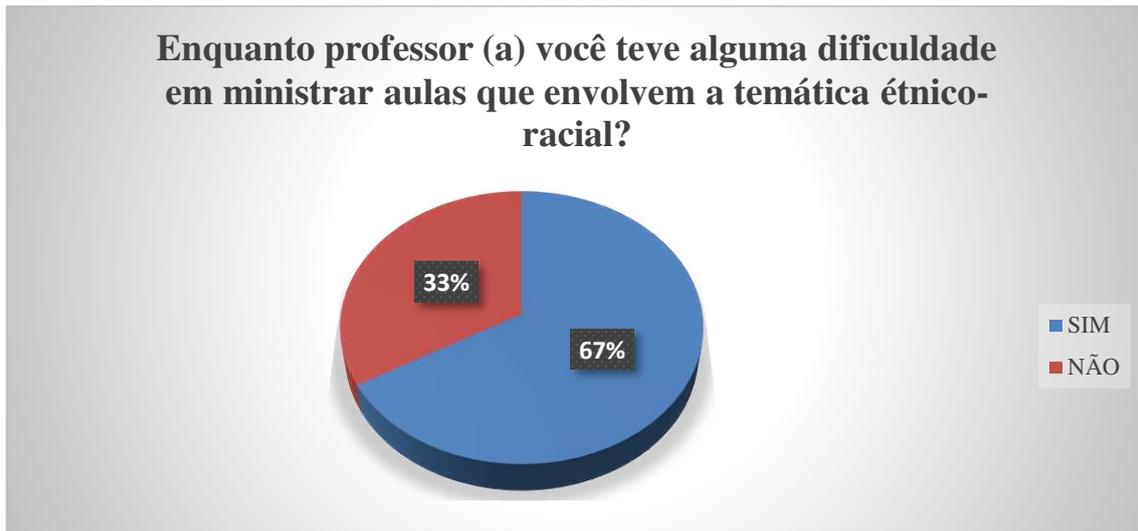


Fonte: CONCEIÇÃO, Maria Alice Franco. 2018.

Cerca de 67% dos professores afirmaram conhecerem a lei, entretanto não é aplicada em sala de aula. E 33% deles disseram desconhecê-la. Enquanto docente, não conhecer esta lei de grande importância para implementação da temática em sala de aula, para que assim, esses povos possam ser retratados de maneira simbólica e significativa, é uma forma de pensar que não dão o devido valor a estes povos, fazendo parte daqueles, que dizem usar o vitimismo para sobressaírem na sociedade.

A segunda pergunta refere-se ao desafios encontrados pelos professores durante as aulas sobre a história do índio e negro.

Gráfico 10: Desafios encontrados ao ministrarem a referida temática.



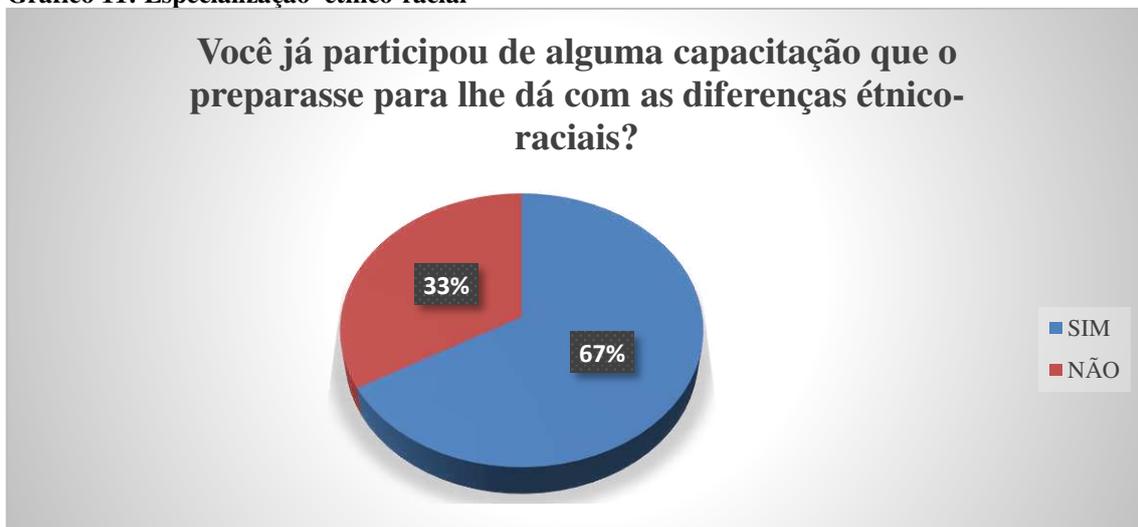
Fonte: CONCEIÇÃO, Maria Alice Franco. 2018..

Como mostra os percentuais, cerca de 67% dos docentes afirmaram apresentarem dificuldades ao trabalharem a temática étnico-racial. Enquanto que 33% deles responderam que não encontra problemas ao abordar tal assunto.

Os que encontram dificuldades em tratar da história desses povos, afirmaram que tais desafios está relacionado a falta de recursos e de interesse ao falar dessas etnias. Em contrapartida, os demais conseguem trabalhá-la, por ter participado de alguma capacitação, além disso, corroboram para o enaltecimento da história e cultura dos povos indígenas e afro-brasileiros.

A terceira questão está voltada para capacitação de docentes ao abordarem a história dos indígenas e africanos.

Gráfico 11: Especialização étnico-racial

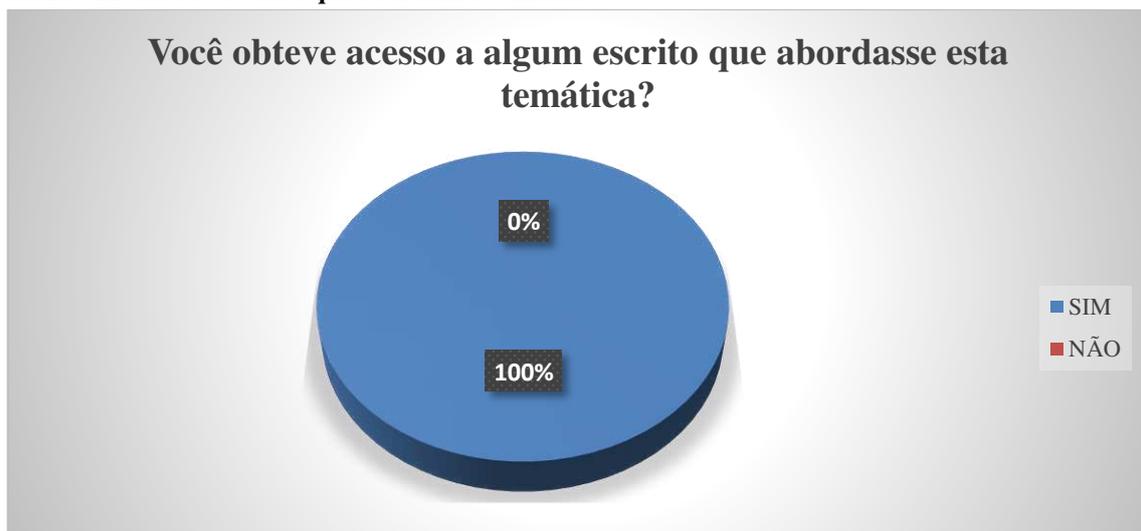


Fonte: CONCEIÇÃO, Maria Alice Franco. 2018..

Como demonstra a ilustração acima, 67% dos professores disseram ter participado de capacitações, que viabilizassem a transferência de conhecimento sobre essas etnias. Uma das docentes de língua portuguesa afirmou a importância da abordagem dessas temáticas, contudo fica complicado de trabalhar a história desses povos uma vez que, não é lembrado de sua importância. Outros 33% alegaram que não participaram de capacitações capazes de preparar ao transmitir esses conhecimentos.

A questão de número 04, busca saber se esses professores têm contato com obras que apresentam características dos povos referenciado nesta pesquisa.

Gráfico 12: Acesso a obras que abordam a temática.

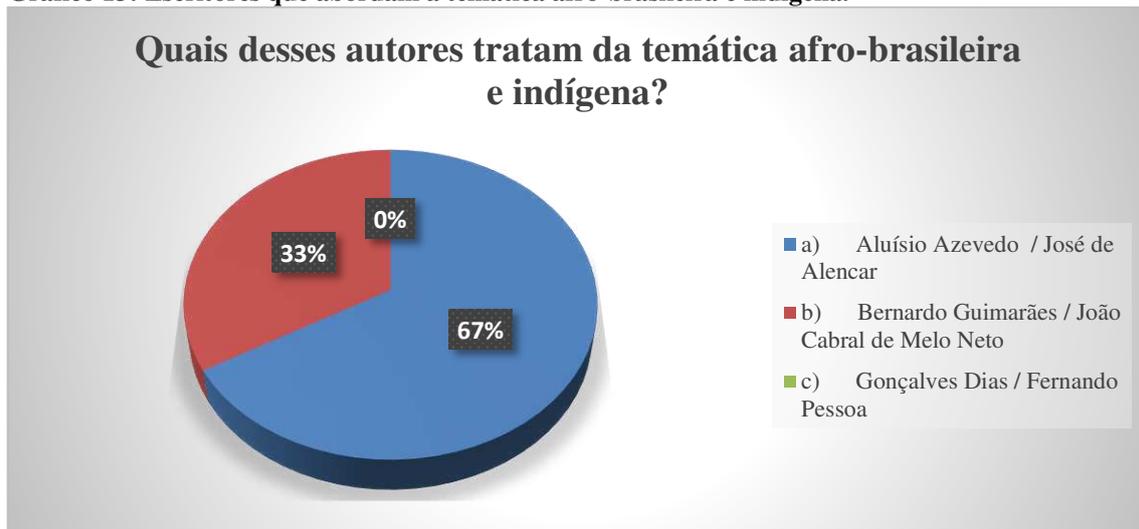


Fonte: CONCEIÇÃO, Maria Alice Franco. 2018.

Os docentes foram unânimes em afirmarem terem lido obras que abordavam a história e cultura dos negros e índios.

A quinta pergunta está estritamente relacionada a anterior, uma vez que, já tiveram contato com obras literárias com características desses povos, saberá com eficiência responder quais autores abordam tal temática.

Gráfico 13: Escritores que abordam a temática afro-brasileira e indígena.

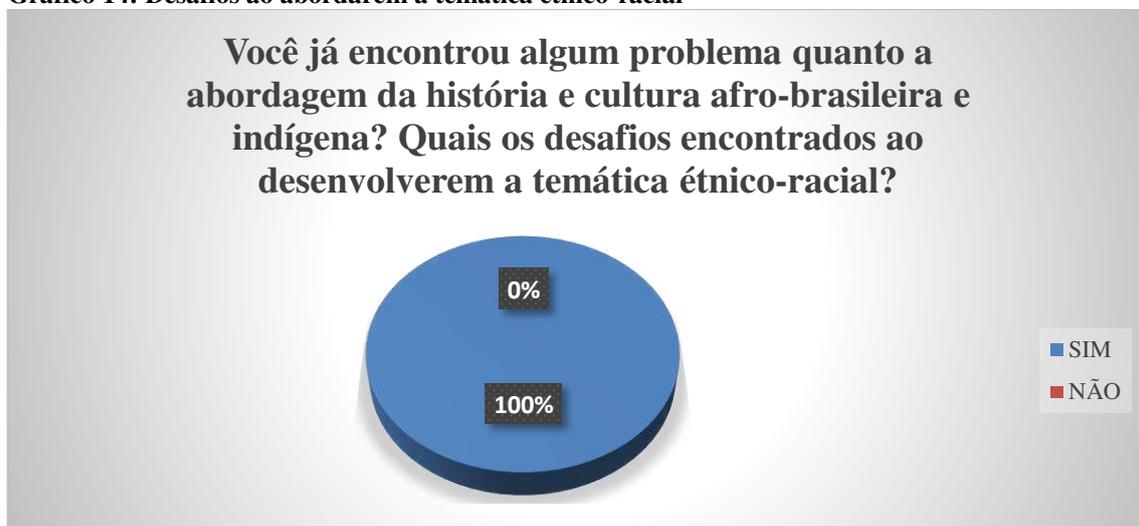


Fonte: CONCEIÇÃO, Maria Alice Franco. 2018.

Conforme aos dados coletados, 67% dos professores marcaram a primeira opção, e a alternativa seguinte somaram cerca de 33%. A causa de terem escolhido a segunda opção, talvez seja por saberem que Bernardo de Guimarães escreveu o romance *Escrava Isaura*, e por esse motivo escolheram esta, como resposta.

A sexta pergunta levanta questionamentos sobre os desafios e quais são eles, encontrados ao abordar a história dos povos que subsidiaram a construção da sociedade brasileira.

Gráfico 14: Desafios ao abordarem a temática étnico-racial



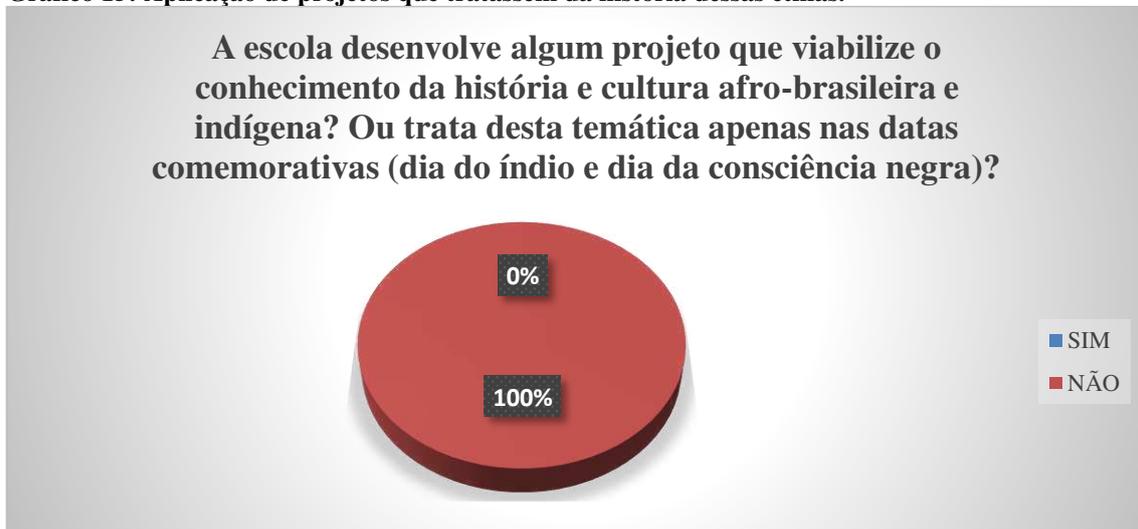
Fonte: CONCEIÇÃO, Maria Alice Franco. 2018.

Todos os profissionais responderam que apresentavam dificuldades ao trabalhar tal temática, contudo, reconheciam a importância de ressaltar a história desses povos, porém, não

havia recursos suficientes para desenvolvê-la. É pena saber que a escola não dispõe de metodologias voltadas para o enaltecer a cultura desses povos.

A sétima pergunta, foi feita com o intuito de saber se a escola desenvolve projetos que trabalhe esta temática.

Gráfico 15: Aplicação de projetos que tratassem da história dessas etnias.

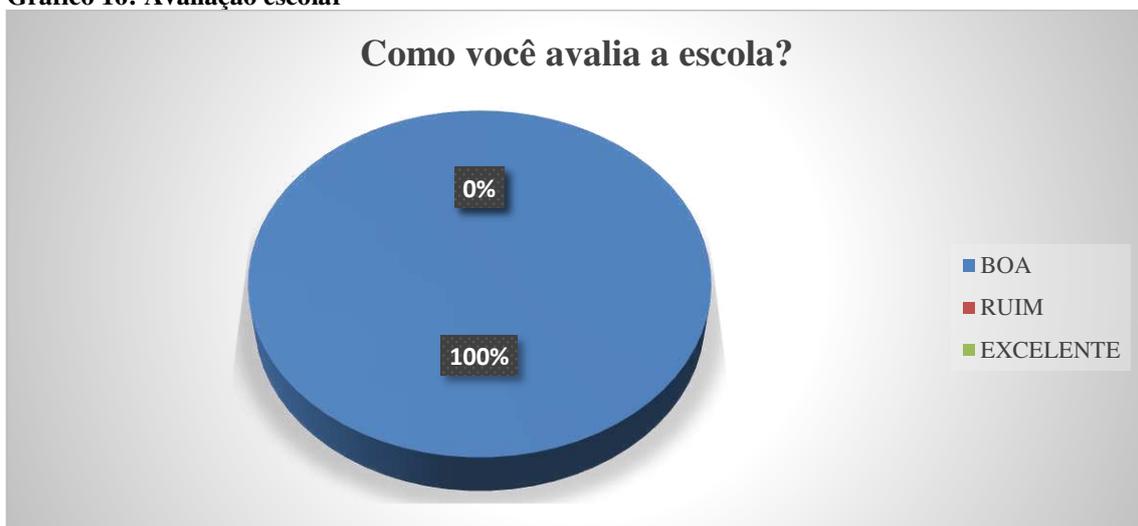


Fonte: CONCEIÇÃO, Maria Alice Franco. 2018.

Os professores afirmaram que a escola não desenvolve nenhum tipo de trabalho ou projeto que viabilize esta temática. Disseram ainda que faziam apenas atividades reflexivas ao tratar da contribuição do negro, pois o índio não era levado em consideração e nem lembrado em sala de aula.

A última pergunta está voltada para avaliação da escola, qual o posicionamento dos professores quanto ao estrutura organizacional escola.

Gráfico 16: Avaliação escolar



Fonte: CONCEIÇÃO, Maria Alice Franco. 2018.

Os docentes avaliaram a escola como boa, pois o quadro de profissionais apresentava-se completo e por todos serem especializados nas áreas as que atuavam. As regentes são muito empenhadas em manter a escola em ordem, e não deixam ir ao extremo quaisquer tipo de problema relacionado ao ensino. Contudo, deixam a desejar no quesito de enaltecer a história do negro e do índio.

Com base nos resultados acima, conclui-se que os alunos tiveram apenas aulas de forma ampla e superficial (porque não foi aprofundado o assunto) somente na disciplina de História. Como eles afirmaram, não tiveram contato e não participaram de eventos (seminários e projetos, na escola) capazes de disseminarem o referido tema proposto, não somente em aulas da disciplina história, mas também em Língua Portuguesa, através de sua rica literatura, propondo assim, a aula diferenciada, por meio de textos complementares e explorações de vídeos que trata da história e cultura desses povos que tanto sofreram durante a colonização brasileira.

De acordo à análise do questionário direcionado aos professores, percebe-se que alguns precisam buscar informa-se sobre esta temática e a lei que torna obrigatório e necessário o seu ensino. Faltam renovar os métodos usados em sala de aula, ao abordarem esses assuntos. Contudo, eles têm consciência da falta de informações e é de extrema importância tratar da cultura, religião e costumes dos negros e índios, ressaltando assim, as contribuições necessárias que esses povos proporcionaram durante a construção do Brasil.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa e análise da inserção da temática histórica e cultural dos povos que subsidiaram a formação da sociedade brasileira, a base da escravidão, realizada em uma escola pública de nível fundamental do município de Itapecuru-Mirim-Ma, obteve alguns resultados já esperados, entretanto, faz necessário tornar sabido, como tal assunto não está sendo levado em consideração em sala de aula, propostas, debates e abordagens de literaturas não são tratadas com a finalidade de ressaltar a importância dos índios e negros durante o processo de colonização, bem como suas contribuições sociológicas, políticas e econômicas para o país.

Analisando as questões levantadas sobre o ensino e aprendizagem, e também as mazelas que se podem observar de qualquer prisma na educação, segue-se no intuito de contribuir de forma relevante para tornar conhecida as riquezas da Cultura Africana e Indígena, como também as influências de suas heranças para o Brasil de hoje, tanto historicamente quanto na Literatura, em que esta última buscou-se apresentar ao público discente com mais ênfase incentivando o crescimento intelectual por meio das representações artísticas existentes, essas características estarão presentes na execução da proposta em campo.

As Leis Nº 10.639/03 e a Lei Nº 11.645/08, que foram ponto de partida, usadas também como base para este trabalho, reiterando como direito educacional dos alunos o estudo de tais culturas em sala de aula, atentando também para as condições estruturais e materiais oferecidas às instituições. A LDB, assim como as Diretrizes Curriculares Nacionais, enfatizam a importância e obrigam o ensino dessas temáticas no ambiente escolar, objetivando a disseminação de informações e por meio desse ensino tentar amenizar o preconceito racial existente no país.

Se a escola é capaz de viabilizar o processo de aquisição de conhecimento, e se ela não está garantindo de forma plena a transferência e obtenção de informações necessárias para a formação pessoal de cada aluno, tem-se que buscar mecanismos para mudar a realidade educacional. Assim, propõe ressaltar que deveriam trabalhar em consonância para o enaltecimento dessas culturas, buscando por exemplo: representantes de tais comunidades, para ministrar palestras, promovendo a aquisição de conhecimento. Levar os discentes para aula extra sala, conhecer uma comunidade quilombola, para fazerem perguntas a fim de sanar

os problemas não esclarecidos pela história, e poder analisar a realidade a quais se encontram os participantes.

A escola precisa promover eventos capazes de envolver toda a comunidade escolar, trabalhar a leitura veementemente, para assim, melhorar a escrita e oratória dos discentes, além disso, o gosto pela leitura. Percebe-se que grande parte dos alunos não leem com frequência, seja por falta de incentivo dos pais e ou professores, não estão gostando de pegarem um livro para nem se quer folhear. A falta de leitura implica muito no processo de aprendizagem, por mais que o professor indique textos ou literaturas para seus alunos, não consegue ter êxito, por não serem acostumados a lerem. Esta consequência dá-se primeiramente aos pais por serem a maioria analfabetos e sem muita instruções, com carga horária de trabalho passando às oito horas diárias, não tendo tempo para acompanhar os filhos em casa, por falta de atenção, sentem-se culpados, e acabam comprando o que eles querem, presenteiam seus filhos com tablets e celulares por exemplo, a fim de deixá-los ocupados durante o dia, para não sentirem tanto a sua falta. O que ocasiona a desvalorização dos livros, deixando-os pobres intelectualmente.

Por meio da leitura, que possamos adquirir e expandir novos conhecimentos sobre dado tema, olhando por este viés, a literatura “deleita e instrui”, onde é capaz de descontrair ao passo que subtrai informações importantes contidas em uma obra literária, pois refletem no contexto histórico representado durante a execução de um romance por exemplo, sendo perceptível a inserção de características próprias de temas a serem abordados nas obras.

Com base na importância de enaltecer a história e cultura dos índios e negros, que foi proposto a pesquisa em campo a fim de saber se realmente era abordado esta temática em sala de aula da referida escola. Quando foi lançado o questionários aos alunos, eles afirmaram que era abordado a história desses povos superficialmente, somente nas aulas de História, porém, nas aulas de Língua Portuguesa, não era repassado textos ou romances que tratassem desses temas, o foco desta pesquisa, estava voltado para tal abordagem nas aulas desta disciplina, se eles têm ou tiveram contatos com escritos que viabilizassem os costumes e religiões dos povos que formaram a sociedade brasileira.

Depois de disponibilizado os questionários, começou a fase da ação: onde foram disponibilizados trechos de textos de cunho indianistas e afro-brasileiros, de autores altamente reconhecidos por seus feitos, ao ser abordado a vida social e econômica de cada ser, enaltecendo-os, propondo o respeito à essas culturas, para assim desconstruir sobretudo, o mito de que não há o preconceito racial.

Portanto, conclui-se que são vários os fatores que levam ao não desconhecimento da temática indígena e africana, entretanto os alunos já haviam participado de palestras e pesquisas sobre a atual realidade educacional, mais precisamente ao conhecimento desses temas. E por tal motivo não foram pegos de surpresas ao responderem algumas perguntas, as quais serviram de diagnósticos para a execução desta pesquisa.

A aplicação da análise em campo, trouxe inúmeros resultados, alguns positivos e outros negativos, os positivos está voltado para a execução e reflexão das literaturas escolhidas durante este processo, os discentes mostraram-se bastantes preocupados quanto a aquisição de informações acerca dos temas relatados. E o ponto negativo esteve direcionado ao curto tempo de implementação desta pesquisa em sala de aula, tendo como duração apenas de dois meses, a escola ainda não aplicou nenhum projeto que tratassem desses assuntos, mesmo afirmando a importância da leitura, os alunos continuam na mesmice, não buscam livros para deleitassem. Contudo, os resultados esperados foram alcançados, eles sabem que é obrigatório o ensino da história e cultura indígena e africana, tiveram contato com algumas obras, além disso foi encenado a história da Menina Bonita do Laço de Fita, a qual foi extraordinariamente perfeita, eles doaram-se ao máximo para a realização desta mini encenação, com isso pôde perceber que os docentes poderiam rever metodologias capazes de chamarem a atenção dos alunos, envolvendo-os de forma que possam interagir nas aulas, para torná-la dinâmica e descontraída.

Diante disso, sinto-me maravilhada em fazer parte desta investigação, que propôs a análise destas vertentes, a fim de tornar sabido a importância de abordarem os costumes, e tudo que permeia a vida dos índios e negros. Enaltecendo-os de forma significativa para a formação pessoal de cada ser.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verene. Algumas estratégias para o ensino de história e cultura afro-brasileira, In: PEREIRA, Amílcar Araújo e MONTEIRO, Ana Maria (Orgs). **Ensino de História e Culturas Afro-Brasileiras e Indígenas**. Rio de Janeiro: Pallas, 2013.

BRASIL. Constituição (1988) **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2008.

___ **Convenção nº 169 sobre povos indígenas e tribais e Resolução referente à ação da OIT / Organização Internacional do Trabalho**. - Brasília: OIT, 2011 1 v. ISBN: 978-92-2-824257-7 (print); 978-92-2-824258-4 (web pdf).

___ **Decreto nº 63, 223 de 06 de setembro de 1968**. Disponibilizado em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-63223-6-setembro-1968-404776-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acessado em: 20 de maio de 2018, às 19:00.

Decreto Presidencial nº 26, de 1991.

___ **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica: diversidade e inclusão**. Craveiro, Clélia Brandão Avarenga. Medeiros, Simone Brasília: Conselho Nacional da Educação: Ministério da Educação, Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e inclusão. 2013. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=17212-diretrizes-curriculares-nacionais-para-educacao-basica-diversidade-e-inclusao-2013&category_slug=marco-2015-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 04 set. 2017.

___ **I Conferência Nacional de Educação Escolar**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/33088>. Acessado em 20 de mar de 2018.

___ **LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** [recurso eletrônico]: Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. – 10. ed. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014. 46 p. – (Série legislação; n. 130) 2010. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/19339/ldb_10ed.pdf?sequence=1>.

___ **Lei Constitucional 11.645/08**. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil03/ato2007-2010/2008/lei/11645.htm>>. Acesso em: 04 set. 2017

___ **Lei Constitucional 10.639/03**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm>. Acesso em: 04 set. 2017.

___ **Lei N° 6.001, de 19 de Dezembro de 1973.** Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6001.htm. Acessado em: 20 de mar de 2018.

___ **Resolução n° 1, De 17 de Junho de 2004.** Conselho Nacional De Educação: Conselho Pleno. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf> - cne resolução (negra). Acessado em: 20 de maio de 2018, às 19:30.

COUTINHO, Afrânio. **Introdução à literatura no Brasil.** 19ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande & Senzala: formação da família brasileira sob regime da economia patriarcal.** Apresentação de Fernando Henrique Cardoso. 48º ed. Ver- São Paulo: Global, 2003.

LEPARGNEUR, Hubert. **O futuro dos índios no Brasil.** Rio de Janeiro: Hachette, 1975.

MATTOS, Regiane Augusto de. **História e cultura afro-brasileira.** 2. ed. 1ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2012.

REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil I: de Varnhagem a FHC.** 9. ed. ampl. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

SOUZA, José Otávio Catafesto de. Reconhecimento oficial da autonomia e da sabedoria dos agentes originários e reorientação do projeto (inter)nacional brasileiro. In BERGAMASCHI, Maria Aparecida; DALLA ZEN, Maria Isabel Habckost; XAVIER, Maria Luisa Merino de Freitas (Orgs). **Povos Indígenas & Educação.** 2. ed. – Porto Alegre: Mediação, 2012.

___ BONIN, Iara Tatiana. Educação Escolar Indígena e Docência: princípios e normas na legislação em vigor. In BERGAMASCHI, Maria Aparecida; DALLA ZEN, Maria Isabel Habckost; XAVIER, Maria Luisa Merino de Freitas (Orgs). **Povos Indígenas & Educação.** 2. ed. – Porto Alegre: Mediação, 2012.

SILVA, Maria de Fátima de Sales. O ensino de história e cultura afro-brasileira africana e indígena no currículo da Escola Municipal de Ensino Fundamental Professor Geraldo Costa. **XVII Encontro Estadual de História** – ANPUH-PB , v.17, n. 1, 2016. ISSN 2359-2796. Disponível em: <
<http://www.ufpb.br/evento/lti/ocs/index.php/xviiieeh/xviiieeh/paper/view/3293/2741>>. Acesso em: 05 de Set 2017.

APÊNDICES

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO DIRECIONADO AOS PROFESSORES**QUESTIONÁRIO****Professor:****Área de Atuação:****Tempo que exerce a profissão:**

1. Você conhece a lei 11.645/08 que torna obrigatório o ensino da temática afro-brasileira e indígena na escola?

() Sim () Não

2. Enquanto professor (a) você teve alguma dificuldade em ministrar aulas que envolvem a temática étnico-racial?

() Sim () Não

3. Você já participou de alguma capacitação que o preparasse para lidar com as diferenças étnico-raciais?

() Sim () Não

4. Você obteve acesso a algum escrito que abordasse esta temática?

() Sim () Não

5. Quais desses autores tratam da temática afro-brasileira e indígena?

- a) Aluísio Azevedo / José de Alencar
- b) Bernardo Guimarães / João Cabral de Melo Neto
- c) Gonçalves Dias / Fernando Pessoa

6. Você já encontrou algum problema quanto a abordagem da história e cultura afro-brasileira e indígena? Quais os desafios encontrados ao desenvolverem a temática étnico-racial?

7. A escola desenvolve algum projeto que viabilize o conhecimento da história e cultura afro-brasileira e indígena? Ou trata desta temática apenas nas datas comemorativas (dia do índio e dia da consciência negra)?

8. Como você avalia a escola?

() Boa () Ruim () Excelente

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO DIRECIONADO AOS ALUNOS**QUESTIONÁRIO****Nome do aluno:****Ano que está cursando:****Turma:****Turno:**

1. Vocês conhecem a lei 11.645/08 que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena?

() Sim () Não

2. Na escola, alguma vez ouviram falar da história e cultura do negro e do índio?

() Sim () Não

3. Participaram de algum seminário, palestra e eventos que tratassem da temática étnico-racial?

() Sim () Não

4. Vocês já leram alguma obra (romance, contos, crônicas, poesias, etc.) que abordasse características de personagens negros e indígena?

() Sim () Não

5. Quais desses autores tratam da temática afro-brasileira e indígena?

- a) Aluísio Azevedo / Gonçalves Dias
- b) Bernardo Guimarães / João Cabral de Melo Neto
- c) José de Alencar / Fernando Pessoa

6. . A escola desenvolve algum projeto que viabilize o conhecimento da história e cultura afro-brasileira e indígena?

() Sim () Não

7. Esta temática é tratada apenas nas datas comemorativas (dia do índio e dia da consciência negra)?

() Sim () Não

8. Como você avalia a escola?

() Boa () Ruim () Excelente